



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR

HIGOR RIAN BARBOSA DA CONCEIÇÃO

A EVASÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO NA
FACULDADE ESTÁCIO DO AMAPÁ

FORTALEZA

2023

HIGOR RIAN BARBOSA DA CONCEIÇÃO

A EVASÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO NA
FACULDADE ESTÁCIO DO AMAPÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Área de concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

Orientadora: Prof (a). Dr (a). Conceição de Maria Pinheiro Barros

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C743e Conceição, Higor Rian Barbosa da.
A Evasão Universitária no Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Estácio do Amapá / Higor Rian Barbosa da Conceição. – 2023.
78 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Conceição de Maria Pinheiro Barros.

1. Evasão. 2. Curso de Direito. 3. Políticas de Retenção. 4. ; Ensino Superior. I. Título.

CDD 378

HIGOR RIAN BARBOSA DA CONCEIÇÃO

A EVASÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO NA
FACULDADE ESTÁCIO DO AMAPÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Área de concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

Orientadora: Prof. (a). Dr (a). Conceição de Maria Pinheiro Barros

Aprovada em 30/10/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Conceição de Maria Pinheiros (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Maxwell Veras Rodrigues

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Manuela Fonseca Grangeiro

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

RESUMO

O contexto educacional atual é marcado pelo aumento no número de instituições de ensino superior pelo Brasil, essa expansão das vagas nas universidades públicas e privadas é resultado da promoção de políticas públicas que visam maior acessibilidade aos estudantes que pretendem ingressar na graduação, como Exame Nacional do Ensino Médio; o Sistema de Seleção Unificada; o Programa Universidade para Todos; o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior; as Políticas de Ações Afirmativas; o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais; e o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Por outro lado, surge a evasão universitária, caracterizada como o abandono, desistência, saída definitiva do curso, da instituição e/ou do sistema escolar. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar os fatores determinantes para a evasão discente no curso de bacharelado em direito da Faculdade Estácio do Amapá, entre os anos de 2020 a 2021. O espaço amostral da pesquisa foi composto por discentes dos cursos de graduação bacharelado em direito da Faculdade Estácio do Amapá, entre os anos de 2020 a 2021. O instrumento adaptado de coleta de dados que foi utilizado é um questionário eletrônico, composto de 25 questões, sendo 22 fechadas e 03 abertas, desenvolvido por AMBIEL, 2015. A partir dos estudos aqui propostos, foi possível identificar as formas de evasão universitária predominantes no curso de Direito da Faculdade Estácio do Amapá e conhecer as características do perfil social e econômico de alunos evadidos, além de investigar os fatores determinantes relacionados à evasão discente Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá.

Palavras-chave: Evasão; Curso de Direito; Políticas de Retenção; Ensino Superior.

RESUMEN

El contexto educativo actual está marcado por el aumento del número de instituciones de educación superior en Brasil, esta ampliación de plazas en universidades públicas y privadas es el resultado de la promoción de políticas públicas que apuntan a una mayor accesibilidad para los estudiantes que pretenden ingresar a estudios de pregrado. , como el Examen Nacional de Bachillerato; el Sistema Unificado de Selección; el Programa Universidad para Todos; el Fondo de Financiamiento de Estudiantes de Educación Superior; Políticas de Acción Afirmativa; el Plan de Reestructuración y Ampliación de las Universidades Federales; y el Plan Nacional de Atención al Estudiante. Por otro lado, surge la deserción universitaria, caracterizada como abandono, alejamiento, salida definitiva del curso, de la institución y/o del sistema escolar. En este sentido, el presente estudio tuvo como objetivo analizar los factores determinantes de la deserción estudiantil en la carrera de licenciatura en derecho de la Facultad Estácio do Amapá, entre los años 2020 y 2021. El espacio muestral de la investigación estuvo compuesto por estudiantes de carreras de grado en derecho de la Facultad Estácio do Amapá, entre los años 2020 y 2021. El instrumento de recolección de datos adaptado que se utilizó es un cuestionario electrónico, compuesto por 25 preguntas, 22 cerradas y 03 abiertas, desarrollado por AMBIEL, 2015. De los estudios aquí propuestos , fue posible identificar las formas predominantes de evasión universitaria en la carrera de Derecho de la Facultad Estácio do Amapá y comprender las características del perfil social y económico de los estudiantes que desertaron, además de investigar los factores determinantes relacionados a la evasión estudiantil. Derecho de la Faculdade Estácio do Amapá.

Palabras clave: Evasión; Curso de Derecho; Políticas de retención; Enseñanza superior.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EAD Ensino à Distância

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

FIES Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IES Instituição de Ensino Superior

IESP Instituições de Ensino Superior Públicas

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

MEC Ministério da Educação

PNAES Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE Plano Nacional de Educação

PPC Projeto Pedagógico do Curso

PROUNI Programa Universidade para Todos

REUNI Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU Restaurante Universitário

SAA Supervisão de Apoio Acadêmico

SIA Sistema de Informações Acadêmicas

SIGAA Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SISU Sistema de Seleção Unificada

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNEMAT Universidade do Estado de Mato Grosso

UNIFAP Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Contexto da Educação Superior no Brasil	15
2.2 Evasão universitária: conceitos e teorias.....	20
2.3 Políticas Públicas voltadas à Evasão Universitária.....	25
2.4 Estudos anteriores.....	29
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3.1 Caracterização da pesquisa	35
3.2 <i>Locus</i> da pesquisa.....	36
3.3 Seleção dos participantes	36
3.4 Técnicas e instrumentos de pesquisa	37
3.5 Análise dos dados	37
3.6 Método proposto (etapas da pesquisa)	38
3.6.1 Etapa 1:	39
3.6.2 Etapa 2:	39
3.6.3 Etapa 3:	39
3.6.4 Etapa 4:	39
3.7 Aspectos éticos.....	40
4. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	41
4.1 As formas de Evasão Universitária predominantes no curso de Direito da Faculdade Estácio do Amapá	41
4.2 Características do perfil social e econômico de alunos evadidos no Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá	48
4.3 Fatores determinantes relacionados à evasão discente Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá.....	59
5. CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	71

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 garante o acesso à educação, estabelecendo ser a educação um direito de todos, e dever do Estado e da família, permitindo a qualificação profissional, e estimulando o desenvolvimento intelectual crítico, como forma de promoção da cidadania (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, com o advento da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi possível observar uma ampla expansão do acesso ao ensino superior brasileiro que estimulou a abertura de novas faculdades particulares em nosso território, gerando assim um aumento significativo no número de vagas para os brasileiros ingressarem no ensino superior como consequência à essa expansão do ensino superior brasileiro, observa-se a importância de examinar o cenário nacional, e entender como é possível manter os ingressantes no curso desejado, e fazer com que alcancem a conclusão do nível superior, verificando as políticas educacionais junto às instituições de ensino superior visando à retenção dos estudantes na graduação, tendo como pretensão que esses alunos não sejam mais uma estatística para um problema social e educacional que assola os estudantes brasileiros, a evasão universitária.

Portanto, a expansão das instituições privadas de ensino superior surge para atender uma demanda de pessoas que sempre sonharam em ingressar no ensino superior, buscando qualificação profissional, e uma melhor colocação no mercado de trabalho, mas esses pretendentes enfrentam grande concorrência nas vagas disponíveis no ensino público (universidades federais e estaduais), sendo assim, a criação de vagas no ensino privado desencadeou mais oportunidades de acesso ao ensino superior brasileiro. Outro fator de impacto na evasão no ensino superior brasileiro foi a crise sanitária mundial, gerada pelo vírus da COVID/19, segundo dados da UNESCO no auge da crise, cerca de 1,6 bilhão de estudantes foram afetados por essa situação de pandemia, a instituição chama de a maior interrupção da aprendizagem da história (UNESCO, 2020).

No Brasil, não foi diferente, a pandemia gerou um processo de atraso no aprendizado universitário enorme, e por consequências das práticas de distanciamento social adotadas com o intuito de controlar a disseminação do novo coronavírus, no dia 17 de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC) aprovou a portaria nº 343 que autorizou a substituição das aulas dos cursos presenciais do ensino superior por aulas remotas, por período em que durar a situação de pandemia da COVID-19.

Portanto, é importante lembrar que os anos de 2020 e 2021 foram marcados por uma grave crise sanitária, desencadeando sequelas graves nos estudantes brasileiros, a crise mundial provocada pelo vírus precisa ser estudada com atenção, tendo em vista que é preciso analisar se podemos considerar a pandemia como um fator essencial para a evasão universitária alcançar

números alarmantes no Brasil.

Se antes os desafios que os alunos enfrentavam em concluir a graduação eram direcionadas à fatores sociais e econômicos, nos anos de 2020 e 2021 a problemática enfrentada foi outra, a pandemia em escala global despertou um alerta na população universitária, a educação precisou se reinventar, através de mudanças repentinas, professores e alunos ingressaram em um processo de transição singular, sem tempo para uma adaptação necessária, foi mais uma adaptação obrigatória.

Por conta disso, as instituições de ensino superior, principalmente as privadas, tiveram que ofertar os cursos de graduação à distância, ou seja, os alunos passaram a acompanhar as aulas através da internet, apesar dos avanços científicos e tecnológicos, observou-se que isso gerou um certo cansaço nos alunos, refletindo diretamente no nível de satisfação com as aulas, e consequentemente no aumento expressivo da evasão, principalmente nas instituições de ensino superior privadas, uma vez que os estudantes continuaram a arcar com as mensalidades.

O Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2014) revela grande preocupação com o crescimento da oferta de vagas na Educação Superior para atender pelo menos 50% da taxa bruta e 33% da taxa líquida dos indivíduos que se encontram na faixa etária entre 18 e 24 anos até 2024. Por meio da oferta de cursos superiores, a instituição de ensino superior objeto da pesquisa tem em seus valores institucionais a inclusão social, visando minimizar as desigualdades de oferta de vagas por região do país, conforme ditam as metas do PNE.

Segundo levantamento realizado pelo Instituto Datafolha, 8,4% dos estudantes com idade entre 6 e 34 anos abandonaram a escola durante a pandemia, esses números correspondem a cerca de 4 milhões de estudantes. A taxa de evasão foi de 10,8% no ensino médio e 16,3% no ensino superior. As principais razões apontadas pelos universitários foi a falta de dinheiro para pagar as mensalidades e a precariedade na oferta do ensino remoto, no caso das instituições privadas. A pesquisa foi realizada entre os dias 30 de novembro e 9 de dezembro de 2020.¹

A pandemia agravou as dificuldades que já eram enfrentadas pelos universitários antes da crise sanitária, os estudantes passaram a enfrentar a graduação com mais um obstáculo, a COVID-19 não agravou apenas a saúde dos brasileiros, ela atingiu com voracidade as instituições de ensino, um grande desafio para a sustentabilidade das organizações educacionais, uma vez que existe uma programação orçamentária e pedagógica a ser seguida.

A partir dessas breves considerações, esta pesquisa, tem como questão central: Como analisar a Evasão Universitária no curso de direito da Faculdade Estácio do Amapá?

Em busca de respostas para o problema proposto, pretende-se responder às seguintes questões específicas:

¹ Quatro milhões de estudantes abandonaram a escola. Site C6 Bank, 2022. Disponível em: <https://www.c6bank.com.br/blog/c6-bank-datafolha-4-milhoes-de-estudantes-abandonaram-a-escola-durante-a-pandemia>. Acesso em: 02, de dezembro de 2022.

a) Quais as formas de Evasão Universitária predominantes no curso de Direito da Faculdade Estácio do Amapá?

b) Quais as características do perfil social e econômico de alunos evadidos no Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá?

c) Quais os fatores determinantes relacionados à evasão discente Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá?

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a Evasão Universitária no curso de Direito da Faculdade Estácio do Amapá, e como objetivos específicos:

a) Identificar as formas de Evasão Universitária predominantes no curso de Direito da Faculdade Estácio do Amapá.

b) Conhecer as características do perfil social e econômico de alunos evadidos no Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá.

c) Investigar os fatores determinantes relacionados à evasão discente Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá.

A pesquisa justifica-se uma vez que a depender da realidade onde esteja localizada e inserida a IES, as causas da evasão podem variar, tendo como fatores internos: estrutura física da IES, como bibliotecas, salas de aula, mobiliário, sistemas de ventilação, professores com precária formação pedagógica, ausência de bolsas e auxílios financeiros, entre outros. Os fatores externos incluem: todos os aspectos relacionados às condições sociais, políticas, econômicas e pessoais dos alunos, assim como, a valorização ou não da profissão frente ao mercado de trabalho, conforme em Davok e Bernard (2016).

Além disso, justifica-se a escolha pelos estudantes do curso de Direito, uma vez que a expansão do acesso ao ensino superior fortaleceu-se nas instituições privadas devido à ampliação de processos seletivos simplificados e flexibilização das estruturas curriculares dos cursos de graduação, atrelados ao avanço de novas tecnologias, por outro lado isso refletiu diretamente na ampliação de novas demandas nas instituições de ensino, segundo o censo de educação superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira INEP/MEC (2019), o curso de bacharelado em Direito é a graduação mais procurada pelos estudantes, com 831.350 alunos matriculados.

Portanto, foi necessário examinar as ações de combate à evasão universitária que já estão sendo adotadas pela instituição de ensino, com bases em dados primários no Curso de Direito foram considerados evadidos 76 alunos, o que é um universo preocupante, tendo em vista que a Faculdade Estácio do Amapá desenvolve esse trabalho/missão de educar os alunos recém saídos do ensino médio amapaense.

Para Goetz (2020), outro fator importante para a pesquisa é a escassez de estudos que visam compreender essa população de estudantes, refletindo na falta de embasamento científico para tomada de decisão em nível gerencial nas instituições privadas. Portanto, a expectativa desse

trabalho é servir de base para novos estudos ou investigações, partindo do pressuposto da tomada de decisão a partir dos resultados obtidos.

Foi realizado um levantamento de pesquisas acerca do nosso objeto de estudo, no Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará – Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC) e Portal de Periódicos CAPES. Para essa busca utilizamos os seguintes descritores: “Evasão Universitária em Direito”, “Fatores da evasão nos Curso de Direito”, “Estratégias para dirimir a evasão universitária” e “Políticas para minimizar a evasão universitária”.

Dentre os trabalhos analisados foram escolhidos 8 pesquisas para o diálogo com esta investigação. Entre esses estudos selecionados, ressaltamos a pesquisa de Fazollo (2020), em sua dissertação intitulada “Evasão Discente em Cursos de Graduação: Estudo de Caso na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Importante destacar também a pesquisa de Goetz (2020), na sua dissertação intitulada “Evasão Discente no Ensino Superior: Estudo de Caso na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de SINOP.

As duas pesquisas são referências no campo pesquisado, tendo em vista serem contemporâneas e atuais, desenvolvidas com dados colhidos dentro de universidades públicas, com instrumentos desenvolvidos para a captação de dados precisos, que mostrem a realidade do público alvo. As pesquisas abordam ainda temas correlatos, como: evasão universitária, formas de ingresso no ensino superior, expansão de vagas e políticas públicas e institucionais de enfrentamento à evasão

A pesquisa analisou várias políticas voltadas para o desenvolvimento da cidadania através do acesso à uma educação gratuita e universal, à título de exemplo ENEM, FIES e PROUNI. Porém é necessário ir mais além, não é apenas garantir acesso ao ensino superior, precisa-se encontrar instrumentos para manter o aluno em sala de aula durante toda sua jornada acadêmica, levando em consideração que os investimentos são altos, portanto, a pesquisa irá contribuir para a sociedade ter acesso a dados e justificativas que mostrem a realidade da evasão universitária como uma consequência negativa que deriva da “massificação do ensino superior” ao longo dos anos.

De posse dos resultados alcançados, a Instituição de Ensino poderá desenvolver políticas públicas para minimizar o esgotamento acadêmico em sala de aula, uma vez que a evasão, se não controlada, causa grandes prejuízos financeiros ao Estado. Isto se deve ao fato de que, quando o acadêmico desiste do curso, o custo de manutenção do quadro docente e técnico permanece, fazendo com que o Estado perca sua eficiência no processo de devolução de serviços para a população (GOETZ, 2020, p. 45).

Por outro lado, apesar da instituição de ensino possuir políticas para minimizar a evasão de alunos, após os dados obtidos na pesquisa ela poderá fortalecer suas políticas de prevenção ou criar novas para que os estudantes consigam concluir a graduação de Direito, portanto, indicar à gestão acadêmica quais os fatores são mais preponderantes para tomada de decisão por parte do aluno será o diferencial.

A análise da evasão possibilitará conhecer suas causas e, assim, subsidiar estratégias que possibilitem à instituição contê-la de forma planejada e instrumentalizada, buscando-se soluções para retenção e permanência de acadêmicos. É importante para o gestor que desenvolve suas atribuições na área de gestão educacional propor-se a buscar soluções para os problemas relacionados a essa temática, uma vez que a permanência dos discentes é essencial para a manutenção e sobrevivência da instituição de ensino (GOETZ, 2020, p. 53).

As contribuições então serão voltadas tanto para o sociedade amapaense, tendo em vista que a qualificação dos alunos é requisito essencial para a produção de riquezas e desenvolvimento econômico da população local. E além disso, a pesquisa poderá contribuir para a instituição de ensino superior reforçar suas políticas educacionais que garantam a assistência necessária ao aluno, contribuindo assim na sua formação profissional e humana.

A evasão universitária vem sendo debatida em trabalhos acadêmicos ao longos dos anos, porém foi observado que o foco das pesquisas leva em consideração graduações diferentes, e não foi possível verificar trabalhos direcionados para a ensino jurídico, ou seja, ao Curso de Bacharelado em Direito, a presente pesquisa tem como objetivo principal justamente o curso citado, podendo servir como parâmetros para eventuais trabalhos científicos.

Outro aspecto apontado como sendo o diferencial da pesquisa foi o período que se pretendeu pesquisar, 2020 a 2021, por mais que não seja o objetivo central, mas a pesquisa pretendeu alcançar alunos considerados evadidos em virtude da pandemia da COVID/19, foi necessário compreender em números se a crise sanitária afetou o curso de Direito da Faculdade Estácio do Amapá.

Por outro lado, as pesquisas são direcionadas a avaliar o ingresso do aluno através das políticas públicas elaboradas pelo Estado, é necessário ressaltar que a pesquisa abordou não apenas as políticas de ingresso dos alunos à instituição de ensino, como o ENEM, PROUNI E FIES, mas também examinou as ações estratégias já adotadas pela instituição de ensino com esse aluno, para que aquele permaneça na graduação e conclua seu curso, podendo assim qualificar-se e ser inserido no mercado de trabalho.

Esta pesquisa apresenta dados concretos e motivados das formas de evasão universitárias predominantes no curso de Direito da Faculdade Estácio do Amapá, é importante esse acompanhamento pela instituição de ensino, levando em consideração a formação dos seus alunos e a qualificação para o ingresso no mercado de trabalho amapaense.

A pesquisa traçou o perfil social e econômico de alunos evadidos na instituição de ensino, trazendo as características e buscando entender os reais motivos que levaram esse aluno a desistir do curso de Direito, nesse momento é importante focar no indivíduo como sujeito de direitos e obrigações no âmbito acadêmico, buscou-se entender se existem fatores internos (subjetivos) que levaram esse aluno a não concluir o curso.

Os fatores referentes às características individuais do estudante podem ser relativos às habilidades de estudo; relacionados à personalidade; à formação escolar anterior; à escolha da profissão; à adaptação à vida universitária; à incompatibilidade entre a vida acadêmica e as

cobranças do mundo do trabalho; ao desencanto ou à desmotivação dos estudantes com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção; às dificuldades na relação ensino-aprendizagem, expressas em reprovações constantes ou na baixa frequência às aulas; à falta de conhecimento a respeito da natureza dos cursos; e à descoberta de novos interesses que levam à realização de um novo processo seletivo (SCHIRMER; TAUCHEN, 2019).

Além disso, foi possível examinar as ações institucionais adotadas pela Faculdade Estácio do Amapá voltadas para a permanência do aluno na instituição. Portanto, é preciso encontrar os verdadeiros motivos que os alunos apresentam no momento de fazerem o requerimento pedindo a desistência do curso, sabendo e analisando esses motivos, a gestão pode elaborar ou fortalecer suas políticas de ensino para tentar minimizar a evasão universitária.

Para a investigação proposta na presente pesquisa, esta dissertação está organizada em capítulos. O primeiro capítulo apresentou o problema da pesquisa, a relevância do estudo, os objetivos atingidos e a organização do trabalho.

O segundo capítulo abordou o referencial teórico utilizado para embasar a investigação, uma breve apresentação do contexto histórico sobre a educação superior no Brasil e sua expansão através dos anos, será importante destacar também os conceitos de evasão na educação, e as teorias mais conhecidas sobre evasão no ensino e, por fim, apresenta-se uma série de trabalhos relacionados à evasão no ensino superior, são estudos anteriores de autores que já pesquisam a temática.

No terceiro capítulo foram apresentados os procedimentos metodológicos, o tipo de pesquisa, o lócus da investigação, a população e a amostra, o instrumento utilizado para a coleta dos dados, assim como os procedimentos para a análise dos dados.

Por fim, no quarto capítulo foram elencados os resultados da coleta de dados realizada junto aos acadêmicos evadidos da Faculdade Estácio do Amapá, referente ao período temporal indicado, analisando os principais fatores que motivaram a evasão dos acadêmicos da instituição de ensino entre 2020 e 2021.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta as principais abordagens teóricas disponíveis na literatura e que versam sobre a evasão universitária no ensino superior brasileiro. Assim, inicia-se com uma definição do termo evasão, a identificação das possíveis causas, e os diferentes contextos em que ocorrem, bem como, as consequências dessa evasão, as políticas públicas e estratégias de combate, e os desafios a serem enfrentados.

2.1 Contexto da Educação Superior no Brasil

As Reformas de 1931 e 1968 tiveram forte influência no desenvolvimento da educação superior no Brasil, se antes não tínhamos políticas públicas focadas para esse campo, após esse período a sociedade brasileira entende como sendo necessário investimentos e melhoramentos no ensino superior, o marco foi o decreto n 19.851 de 11 de abril de 1931 que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras.

Nessa regulamentação ficou definido que o ensino superior irá obedecer um regramento próprio, de preferência ao sistema universitário, podendo ser ministrado por institutos isolados, bem como o ensino em universidades possuem alguns objetivos: elevar o nível de cultura geral, estimular a investigação em quaisquer domínios, habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior, enfim concorrer pela educação do indivíduo e da coletividade, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da humanidade.

A lei n 5.540, de 1968, incumbia aos estudiosos fomentar uma nova visão sobre a educação brasileira, trazendo uma estrutura diferente, com base na modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos.

Discutir a reforma universitária visando a sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País, e admitia que as universidades se organizassem sob a forma de autarquia, fundação ou associação ou mesmo sob a forma jurídica de direito privado, não se desvinculando do poder público, na hipótese de serem por ele mantidas (NETO, 2017, pág. 17).

A Constituição Federal de 1988 como instrumento consolidador de nossa democracia é muito importante no momento de se verificar como funciona a organização dos processos de ensino em nossas instituições de ensino superior. Em seu Art. 207, a Constituição Republicana estabelece que as universidades “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Em virtude, diante dos avanços no processo de conquistas educacionais no Brasil, entende-se que a educação superior brasileira terá como função essencial à formação (capacitação) de pessoas que tenham como real objetivo a promoção e o desenvolvimento econômico, social e intelectual da sociedade, para esse processo transformador acontecer é necessário a organização estrutural de nossas

instituições de ensino, por isso é tão importante a tríade indissociável que forma as universidades brasileiras: o ensino, a pesquisa e a extensão. São princípios norteadores do nosso sistema universitário brasileiro, protegidos por nossa norma maior, e estabelecendo que as instituições de ensino possuem liberdade didática e científica para desenvolverem suas ações.

Em 1996 com o advento da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi possível observar uma ampla expansão do acesso ao ensino superior brasileiro, com a abertura de novas faculdade particulares em nosso território, gerando assim um aumento significativo no número de vagas para os brasileiros ingressarem no ensino superior, como consequência à essa expansão do ensino superior brasileiro, observa-se a importância de analisar o cenário nacional, e entender como é possível manter os ingressantes no curso desejado, examinando as políticas educacionais junto às instituições de ensino superior, tendo como foco a retenção do estudantes na graduação.

O contexto educacional atual é marcado pelo aumento no número de instituições de ensino superior pelo Brasil, em virtude disso, tem se tornado competitivo o mercado educacional brasileiro no que diz respeito à quantidade de instituições privadas que ofertam cursos presenciais e a distância na seara do ensino superior.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira INEP/MEC (2019), o Brasil contava com 2.608 instituições de educação superior (IES), do total de IES, a maioria absoluta (88,4%) é privada, seguida de estaduais (5,1%), federais (4,2%) e municipais (2,3%), ou seja é possível observar um aumento exponencial das instituições privadas desde 2015.

Tabela 1 - Instituições de educação superior

Número de instituições de educação superior, por organização acadêmica, segundo a categoria administrativa – Brasil – 2019

Categoria administrativa	Total geral	Organização acadêmica			
		Universidade	Centro universitário	Faculdade	IF e Cefet
Total	2.608	198	294	2.076	40
Pública	302	108	11	143	40
Federal	110	63	1	6	40
Estadual	132	40	1	91	n.a.
Municipal	60	5	9	46	n.a.
Privada	2.306	90	283	1.933	n.a.

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior.
Nota: n.a. corresponde a "não se aplica".

Consequentemente, a expansão das instituições privadas de ensino superior surge para atender uma demanda de pessoas que sempre sonharam em ingressar na graduação, buscando uma melhor colocação no mercado de trabalho, mas sempre enfrentam grande concorrência nas vagas disponíveis no ensino público (universidades federais e estaduais), logo, a criação de vagas no ensino privado gera mais oportunidades de acesso ao ensino superior.

Esse efeito já era observado por outros estudiosos do tema, nas instituições de ensino superior brasileiras, a rede privada era responsável pela maior parte do percentual da educação no Brasil. Em 2009, o crescimento, já expressivo, chegou a ser ainda maior e atingiu aproximadamente 6 (seis) milhões de alunos. Principalmente pela flexibilização da legislação;

sobretudo, em função da ampliação da quantidade de vagas ofertadas por meio de programas governamentais, a flexibilização curricular trazida pelo ensino à distância, além de outras variáveis (LOCH e REIS 2004).

Por conta desse aumento da criação de instituições privadas, observa-se também uma dificuldade das IES conseguirem manter seus alunos nos cursos que ofertam, esse fenômeno da evasão no ensino superior é um tema que vem sendo discutido há muitos anos, sendo criada pelo Ministério da Educação (MEC) uma comissão própria para estudar as dificuldades dos estudantes em concluir o ensino superior.

No Brasil, a expansão do acesso ao ensino superior fortaleceu-se nas instituições privadas devido à ampliação de processos seletivos simplificados e flexibilização das estruturas curriculares dos cursos de graduação, atrelados ao avanço de novas tecnologias, por outro lado isso refletiu diretamente na ampliação de novas demandas nas instituições de ensino, segundo o censo de educação superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira INEP/MEC (2019), o curso de bacharelado em Direito é a graduação mais procurada pelos estudantes, com 831.350 alunos matriculados.

Figura 1 – Número de alunos matriculados por curso



Conforme estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ao analisar esse crescimento vertiginoso de estudantes buscando o curso de bacharelado em Direito para sua formação profissional.

Os cursos de Direito apresentaram resultados semelhantes ao cenário geral da educação superior com o crescimento da participação do setor privado e com as políticas públicas de financiamento: o número de cursos de graduação em Direito saltou de 235 para 1.203 entre 1995 e 2017 (FGV, 2020, Pág. 43).

Essa expansão da criação dos cursos de direito também é um fator importante que merece ser aprofundado, as estatísticas correspondem com as realizadas pelo Censo da Educação Superior, realizado pelo INEP/MEC.

Figura 2 – Perfil dos cursos de graduação em direito (2017)



Fonte: Sinopses Estatísticas - Censo da Educação Superior - Inep/MEC.
Elaboração: FGV.

Portanto, essa busca pelo ingresso no ensino superior, no que se refere ao curso de bacharelado em Direito encontrou uma crescente demanda de alunos, o cenário nacional apresenta um aumento exponencial na criação de novos cursos pelo Brasil, porém é importante que os gestores responsáveis por essas unidades de ensino também consigam focar na qualidade do ensino ofertado, essa visão mercadológica do ensino jurídico brasileiro não pode ser desenvolvida pura e simplesmente visando o lucro, as instituições de ensino devem buscar um ensino voltado para a qualidade no aprendizado, e o desenvolvimento social e profissional do alunado.

Um dado preocupante é evidenciado quando verificamos a evasão universitária no contexto das instituições de ensino superior privadas do Brasil, as quais dependem quase na sua totalidade dos alunos para conseguirem manter suas receitas.

É importante ressaltar que a evasão discente é uma problemática que assola não somente o Brasil, mas o mundo. A África do Sul, por exemplo, apresenta uma taxa de 40% de abandono dos estudantes universitários no primeiro ano de graduação, as principais causas desse abandono seriam as dificuldades financeiras enfrentadas pelos alunos, além da baixa escolaridade e renda da família na qual estão inseridos (MACGREVOR, 2007). Por outro lado, no continente Europeu, países como Irlanda e Inglaterra a realidade é diferente, estes países apresentam taxas menores de evasão universitária, tendo como principal diferencial a fomentação de políticas públicas eficientes ao longos de anos (GARNER 2007).

Entre os países considerados desenvolvidos, Estados Unidos é o que apresenta maior taxa quando o assunto é evasão universitária, aproximadamente 50% dos jovens dão continuidade ao ensino superior, tendo em vista esse fenômeno alarmante, o governo elabora uma política onde as faculdades podem permitir uma ampla flexibilidade na formação, o que, a médio e longo prazo, deve minimizar o abandono pelo efeito da opção errada pelo curso (FURTADO; ALVES, 2012).

No Brasil não é diferente a realidade dos universitários, nosso país apresenta um alto índice de evasão na graduação, cerca de 40% dos estudantes não concluem seus estudos, um dado

preocupante, sinalizando que as Instituições de Ensino Superior (IES) não estão se ocupando adequadamente com esse fenômeno, não só em termos de gestão dos cursos já existentes como de abertura de novos cursos (NASSAR, 2003).

Algumas possíveis causas são apontadas, para Vieira e Frigo (1991) o fato de muitos universitários serem “trabalhadores-estudantes” é um ponto fundamental, em que a dificuldade de conciliar o trabalho, meio necessário para a subsistência com os estudos, muitas vezes se torna inviável. Ristoff (1997) faz um alerta, lembrando que as instituições públicas e privadas do Brasil passam por crises de modelo e gestão, mostrando determinado descomprometimento gradual do Estado com a educação.

Alguns fatores também podem contribuir diretamente para a evasão do estudante, e são apontados: características individuais, como a vocação e outros problemas de ordem pessoal; elementos internos, referentes aos recursos humanos, aos aspectos didático-pedagógicos e à infraestrutura; elementos externos às Instituições de Ensino Superior, ligados a aspectos sócio político-econômicos (BIAZUS, 2004).

Portanto, levando em consideração também os aspectos sociais, financeiros e profissionais, a evasão universitária tende a desencadear uma cadeia de problemas tanto para o aluno que desistiu do sonho em concluir a graduação, quanto para a sociedade que não poderá contar com um profissional qualificado. As instituições públicas e privadas investem muito com o objetivo de preparar os alunos para atuarem no mercado de trabalho.

No aspecto profissional a evasão irá recair diretamente sobre o aluno desistente, uma vez que a educação é uma das formas mais eficazes de mobilidade social, ou seja, é chance do indivíduo mudar a realidade social e econômica, não apenas sua, mas também de sua família. E finalmente, esse fenômeno irá atingir a sociedade, esta não poderá contar com esse profissional, que um dia poderia promover o bem estar social do coletivo. (ANDRIOLA, 2003).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira INEP/MEC (2019), ingressam na educação superior 3.633.320 vínculos discentes, o que representa um aumento de 5,4% em relação ao censo anterior, desse total de ingressantes, 84,6% vinculam-se à categoria privada e 15,4%, à categoria pública, sendo 10,0% em federais, 4,7% em estaduais e 0,7% em municipais.

Tabela 2 – Número de ingressantes de graduação por categoria

Número de ingressantes de graduação por categoria administrativa, segundo a organização acadêmica – Brasil – 2019

Organização acadêmica	Total	Categoria administrativa				
		Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
Total	3.633.320	559.293	362.558	172.345	24.390	3.074.027
Universidade	1.796.058	431.245	283.962	137.688	9.595	1.364.813
Centro universitário	1.100.312	5.906	449	505	4.952	1.094.406
Faculdade	659.922	45.114	1.119	34.152	9.843	614.808
IF e Cefet	77.028	77.028	77.028	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Superior.
Nota: n.a. corresponde a "não se aplica".

Como é possível observar, a estrutura educacional privada absorve a grande massa de alunos que ingressam nas instituições de ensino superior, são números expressivos se comparados aos alunos ingressantes da rede ensino pública, por isso é necessário que se analise com cautela quais políticas educacionais podem ser desenvolvidas para conseguir manter essa base de alunos durante o tempo necessário para a conclusão do curso.

Após a verificação da expansão de vagas em universidades públicas e privadas, principalmente nestas, é preciso agora conceituar e analisar no que consiste a evasão universitária em seus aspectos formais e materiais, conforme literatura especializada.

2.2 Evasão universitária: conceitos e teorias

Nesse momento de constantes transformações sociais, foi necessário examinar quais ações estão sendo desenvolvidas pelas instituições de ensino superior para conseguir alcançar a retenção desses alunos, evitando assim a evasão universitária, isso será um fator crítico de sucesso ou até sobrevivência das instituições desse ramo de atividades. Para isso, antes será importante a conceituação de evasão, e suas delimitações para a presente pesquisa.

Uma das maiores dificuldades encontradas nos estudos da evasão na educação superior é a própria diversidade conceitual em torno do tema. Por se tratar de um termo polissêmico, a evasão pode ser compreendida como abandono, desistência, fracasso, saída definitiva do curso, da instituição e/ou do sistema escolar” (LIMA e ZAGO, 2018, pág. 132).

Considerando a evasão como abandono definitivo do curso, ato este praticado pelo estudante, salutar trazer conceito elaborado pela própria comissão criada para analisar e propor soluções à problemática, Comissão Especial para Estudo da Evasão pela Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação e do Desporto.

Evasão de curso: quando o estudante se desliga do curso superior em situações diversas, tais como abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; Evasão da instituição: quando o estudante se desliga da instituição na qual está matriculado; Evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (SESU/MEC,1996).

A Comissão ao analisar esse fenômeno faz uma distinção entre evasão do curso, de instituição e sistema. Para dialogar com os conceitos até aqui mencionados, Veloso e Almeida

(2000, pág 22) conceituam a evasão como,

Um fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Nos últimos anos, esse tema tem sido objeto de alguns estudos e análises, especialmente nos países do primeiro mundo, e tem demonstrado não só a universalidade do fenômeno como a relativa homogeneidade de seu comportamento em determinadas áreas do saber, apesar das diferenças entre as instituições de ensino e das peculiaridades sociais, econômicas e culturais de cada país.

A evasão em suas várias concepções e conceitos é muito ampla, os autores não têm um consenso em como conceituar e classificar esse fenômeno, é importante destacar que em todos os conceitos apresentados, os trabalhos consultados utilizam conceitos distintos, porém todos os autores trazem os mesmos alertas, a evasão é um problema que irá gerar consequências em vários aspectos (sociais, financeiros, familiares e profissionais).

Levando em consideração os requisitos para sua classificação, a evasão deve ser entendida como sendo a desistência por quaisquer dos motivos elencados (abandono, desistência, saída definitiva do curso, da instituição e/ou do sistema escola), podendo sofrer influência direta, tanto de fatores internos quanto externos da instituição de ensino superior.

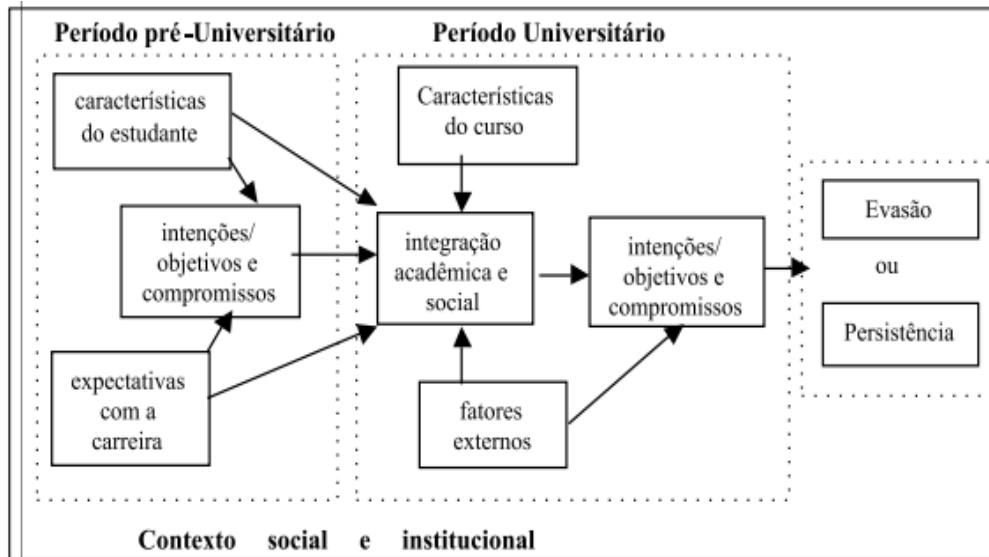
A evasão universitária não é um fenômeno isolado, que acontece em alguns países específicos, isso é notório quando verifica-se que essa é uma preocupação em caráter mundial, e já sendo objetivo de estudo por alguns autores.

Os modelos teóricos para explicar as causas da evasão discente, são desenvolvidos por Tinto (1975) e Bean (1980), pesquisadores que destacam-se por serem os mais utilizados nas universidades norte-americanas, e seus trabalhos são utilizados em outros países que decidiram colocar em pauta a evasão universitária.

Para Tinto (1975), o estudante deixa a universidade por fatores relacionados pela falta de adaptação ao espaço acadêmico e social da instituição de ensino (fatores internos), essa adaptação é influenciada direta e indiretamente por características demográficas do estudante, o autor utiliza um modelo formulado para analisar a situação do estudante: nível socioeconômico da família, expectativa dos pais a respeito do futuro do filho, habilidades acadêmicas e conhecimentos adquiridos no segundo grau, além de características individuais como gênero e raça.

O autor então define um padrão de comportamento dos alunos, os quais ingressam nas instituições de ensino com uma expectativa que não envolve somente suas vontades pessoais, sendo que durante o percurso acadêmico, o estudante acaba redefinindo suas expectativas, e a consequência é buscar novos desafios que se encaixem em seu perfil, ou seja, o aluno desperta um desejo de mudança, criando suas intenções e compromissos.

Figura 3 – Modelo de Tinto (1975) sobre fatores para a evasão universitária

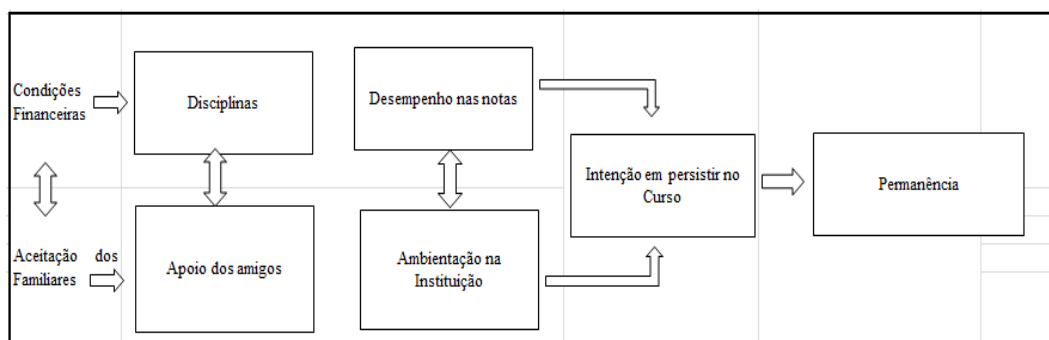


Fonte: Andriola; Moura (2006).

Por outro lado, para Bean (1980), a evasão universitária é mais do que fatores externos, a decisão do aluno em abandonar os estudos é um processo psicossocial, no qual as opiniões influenciam as atitudes dos universitários, influenciando nas escolhas. Portanto, para o autor, os fatores decisivos para o aluno escolher o caminho da evasão envolvem fatores psicológicos, o autor não descarta a interferência da interação com o meio acadêmico (fatores internos).

A tese principal dos estudos de Tinto (1975) sobre a evasão passam por fatores sociais e familiares: aprovação da família, encorajamento dos amigos, qualidade da instituição, situação financeira e oportunidade para transferir-se para outra instituição.

Figura 4 - Modelo do desgaste do estudante proposto por Bean (1980)



Fonte: Fatores para Evasão. Bean (1980).

Por fim, é importante destacar a teoria sobre a evasão desenvolvida por Spady (1970), para o autor a evasão universitária deve ser levada em consideração por dois aspectos: integração social e apoio de grupos de convivência.

Essa abordagem mais sociológica explica que o estudante é fruto de uma interação social desenvolvida nas instituições de ensino, portanto, é influenciado no seu processo de adaptação no meio acadêmico, levando em alguns ocasiões a decidir por influências, e não por convicção. Para isso não acontecer, Spady (1970) desenvolve uma rede de apoio que poderá ajudar o estudante a

permanecer no curso escolhido, evitando a evasão: o contexto familiar, o apoio dos amigos, o grau de integração social, o desempenho acadêmico e o entendimento das normas da instituição.

Levando em consideração esses fatores, o aluno desenvolve um equilíbrio na sua jornada, sendo que as adaptações serão mais pensadas com o auxílio de sua identidade familiar e social, ou seja, essas pessoas podem auxiliar o aluno a permanecer no curso, evitando assim a evasão.

Com o objetivo de ilustrar as teorias mencionadas, verifica-se a seguinte organização das ideias que cada autor possui sobre o tema.

Quadro 1 - síntese das teorias e modelos sobre evasão em IES.

Autores	Denominação	Abordagem	Elementos
Spady (1970, 1971)	Modelo do processo de abandono	Sociológica	Contexto familiar; Congruência normativa; Suporte de amigos; Integração social; Desempenho acadêmico.
Tinto (1975)	Teoria de integração do estudante	Sociológica	Integração Social; Integração acadêmica; Compromisso com o objetivo; Compromisso com a instituição; Qualidade do esforço do estudante; Compromissos
Bean (1980)	Teoria do desgaste do estudante não tradicional	Psicológica	Fatores pré-ingressos; Fatores ambientais; Resultados acadêmicos; Resultados psicológicos.

Fonte: Sínteses das teorias e modelos sobre evasão. Goetz (2021)

Para Spady (1970), em seu modelo de processo de abandono observa-se uma análise mais sociológica, ou seja, elementos externos à vontade do aluno, que dizem respeito a grupos de interação do indivíduo, como a família, amigos e colegas de curso. Para o autor, esses elementos são decisivos para a tomada de decisão, podem fortalecer a vontade de permanência no curso, por outro lado, quando enfraquecido, essa falta de apoio pode gerar a desistência.

Tinto (1975) em seu trabalho também leva em consideração fatores de integração do sujeito com a sociedade, especialmente no meio acadêmico, institucional e familiar. O diálogo existente em sua obra é direcionado à reforçar a importância da integração do aluno perante as instituições que lhe rodeiam, essas instituições podem facilitar a vida acadêmica do estudante, gerando assim mais segurança na sua jornada acadêmica.

O desgaste sofrido pelo estudante durante sua jornada acadêmica é analisado por Bean (1980), sua teoria é voltada ao indivíduo, em buscar compreender o lado psicológico do seu comportamento. E para isso o autor desenvolve a pesquisa analisando fatores ambientais (externos) e valores pessoais (internos), que podem influenciar na tomada de decisão do estudante, durante esse processo de influências e comportamentos o sujeito cria esse desgaste que pode ser a principal causa da evasão do curso.

Segundo Assis (2013), é necessário que os gestores das instituições privadas percebam que a evasão pode se configurar como sendo um desafio para a sustentabilidade das organizações educacionais, uma vez que existe uma programação orçamentária e pedagógica à ser seguida, ou

seja, um planejamento anual, tendo em vista despesas e receitas na estrutura organizacional de qualquer empresa, visando atender as expectativas dos alunos que estão matriculados regularmente nos cursos, a perda de qualquer aluno para evasão universitária pode mudar drasticamente os rumos da IES, isso vai depender de fatores relacionados à desistência dos estudantes, seja por fatores externos, financeiros, pedagógicos, psicológicos e outros.

Estas implicações têm naturezas distintas, sob a perspectiva da gestão institucional e educacional. No contexto institucional, existe a preocupação com as responsabilidades econômicas que podem surgir com a perda do alunado da IES, a organização deixa de continuar avançando em número de alunos, gerando um prejuízo na arrecadação de receitas para investimento em capital humano (folha de pagamento dos funcionários), afetando assim seu desempenho no mercado.

Em relação às implicações educacionais, essa falta de comprometimento do aluno em seguir no curso desejado, pode contribuir para uma falta de mão de obra qualificada no mercado de trabalho, afetando assim diretamente na criação de novas oportunidades de crescimento pessoal e profissional para os cidadãos brasileiros.

Por outro lado, a evasão universitária é também a causa da abertura de vagas ociosas, geradas pelo abandono dos alunos durante o curso, isso poderá acarretar maiores custos e preocupações para os gestores que passam a operar com ponto de equilíbrio sensíveis a qualquer acontecimento mínimo que possa alterar o planejamento financeiro realizado pela empresa, por isso é importante investimento em políticas educacionais que consigam aumentar ou pelo menos manter o número de aluno através da retenção destes, o que tem sido um dos desafios para coordenadores e diretores das faculdades privadas (ASSIS 2013).

Portanto, a evasão universitária é prejudicial em vários aspectos para a faculdade que esteja enfrentando dificuldades em manter sua base de alunos. Além de prejuízos na formação do aluno, o reflexo é visível na perda significativa da receita financeira da faculdade particular.

Gil (2008) afirma que dentre os diversos dados que compõe esse cenário atual da evasão universitária, é imprescindível serem discutidas questões relacionadas à qualidade do ensino, às políticas da educação superior, o número de instituições de ensino superior (IES) privadas, o número de vagas ofertadas por essas instituições de ensino e as vagas ociosas que se tornaram um desafio para mantenedores e gestores.

Tendo em vista essa realidade, deve-se buscar analisar e aperfeiçoar as políticas públicas já consolidadas ao longo do tempo, conhecendo os motivos que tem levado esse público alvo da pesquisa a evadir-se dos cursos, bem como, as causas e desdobramentos dessa evasão, tanto para a faculdade que sofre com esse fenômeno, bem como a sociedade ao qual está inserido o indivíduo (FAZOLLO, 2020).

É preciso fortalecer as políticas públicas já existentes para minimizar a evasão discente, garantindo não apenas o ingresso do aluno ao curso desejado, mas a conclusão ao longo de sua

jornada. Será importante nesse momento analisar as políticas públicas já existentes no contexto do ensino público (universidade públicas), e analisar algumas políticas educacionais já implantadas na Estácio do Amapá (iniciativa privada).

2.3 Políticas Públicas voltadas à Evasão Universitária

Constata-se então que não é apenas permitir ao estudante o ingresso no ensino superior, é necessário que existam políticas públicas voltadas para a diminuição da evasão universitária, auxiliando os estudantes na jornada do ensino superior até a sua conclusão, e o ingresso no mercado de trabalho.

No Brasil, ainda existem lacunas acerca do universo da evasão universitária, os estudos para analisar esse fenômeno intensificaram-se somente após a constituição da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão do Ministério da Educação (MEC), em março de 1995, composta, inicialmente, por 61 Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP), federais e estaduais. Com o advento dessa Comissão Especial foi possível concluir um relatório detalhado sobre diplomação, retenção e evasão de estudantes de universidades públicas do país (FAZOLLO, 2020).

Além disso, para atender à crescente demanda de acesso e permanência no ensino superior brasileiro, foi possível observar a criação de algumas políticas públicas voltadas à atender uma necessidade crescente de permanência e conclusão da graduação escolhida pelo estudante brasileiro, através dos seguintes programas governamentais: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI). São programas governamentais que garantem a democratização de acesso ao sistema de ensino superior brasileiro com o intuito de estimular o desenvolvimento social e intelectual dos estudantes universitários.

O FIES foi implementado pela Lei nº 10.260/2001 e alterado pela Lei nº 12.202/2010, tem como principal objetivo o financiamento de 50% a 100% do valor das mensalidades de estudantes em instituições particulares de ensino, é importante destacar que durante a sua existência o programa sofreu modificações, para expandir o acesso dos estudantes à educação superior.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior, no ano de 2013, das 5.373.450 matrículas realizadas em cursos de graduação das instituições privadas, 1.168.198 correspondiam a estudantes atendidos pelo novo FIES - contratos firmados entre 2010 e 2013, o que corresponde a 22% do total (BRASIL, 2014).

É visível o benefício trazido pelo programa, democratizando o acesso ao ensino superior, porém, deve-se ressaltar que o programa não garante o acesso “gratuito” às instituições de ensino, é um financiamento dos estudos, portanto, em algum momento esse aluno será cobrado. Segundo o Relatório de Gestão do FIES do ano de 2014, dadas as mudanças no FIES, dentre elas a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), a dispensa da apresentação

de fiador e a possibilidade de pagamento do financiamento com trabalho, contabilizou-se, em agosto de 2013, a marca de 1 milhão de contratos de financiamento estudantil, dos quais 96% eram estudantes pertencentes às classes C, D e E, com renda familiar mensal bruta de até dez salários mínimos.

Além do FIES, o PROUNI também foi constituído com essa missão de democratizar o acesso ao ensino superior, criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o PROUNI tem como objetivo regular as oportunidades de estudos por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior, as quais recebem, em contrapartida, isenção de impostos federais (BRASIL, 2005).

O programa também é essencial para garantir que a educação seja levada à sociedade brasileira de forma plural, porém, é importante frisar que a condição mais atrativa de adesão pelas instituições de ensino superior privadas ao PROUNI é a isenção de tributos federais.

Portanto, esses programas federais devem ser comemorados, mas também devem sofrer alterações, a maioria da população fica à mercê dos parques investimentos realizados nessas áreas. A educação superior, que deveria exercer sua função social de transformação e formação de consciência crítica, converte-se em atividade mercantil (MIRANDA; AZEVEDO, 2020).

É possível verificar que algumas políticas públicas no setor educacional brasileiro vieram para garantir o que estabelece nossa Constituição Federal como sendo uma educação universal, ou seja, de acesso a todos os brasileiros. Por outro lado, deve-se pensar, e mais, criar políticas assistenciais aos alunos mais necessitados, para garantir não somente a democratização do acesso ao ensino superior, mas também a conclusão do curso, inserindo o aluno no mercado de trabalho, e gerando assim mão de obra qualificada para o Brasil.

Partimos do princípio de que a ênfase na política de expansão e massificação não esgota o projeto de democratização da educação superior. Esse processo só se completará se tivermos igual proporção de crescimento na taxa de concluintes, com integração crescente das camadas marginalizadas socialmente, sobretudo dos estudantes de baixa renda. É necessário visar com igual ênfase o final do processo: a conclusão, com êxito, dos cursos superiores, integrando nesses índices as camadas subalternizadas da população, com garantia de qualidade na formação. A vigilância constante sobre a qualidade dos cursos de graduação, as taxas de conclusão e o perfil socioeconômico dos concluintes e dos que evadem nos parece essencial, não apenas para atestar ou não o sucesso do processo como para produzir feedbacks sobre as políticas adotadas. (PAULA; SILVA, 2012, p. 7)

A evasão universitária é um problema crônico de toda e qualquer instituição de ensino superior, seja ela pública ou particular, é necessário que os gestores estejam preparados para encarar essa dificuldade, sendo necessário e emergente políticas públicas voltadas para essa demanda.

Pensando nisso, em 2010 o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com a finalidade de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Criado pela Portaria MEC nº 39, de 12 de

dezembro de 2007 e regido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, dentre as suas principais metas é possível destacar: reduzir as taxas de evasão e retenção na educação superior, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior e elevar as taxas de diplomação na educação superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção da melhora do desempenho acadêmico (BRASIL, 2010).

Utiliza-se como exemplo para verificar a importância do programa, dados da Universidade Federal do Amapá, que em 2020 ofertou 300 auxílios por meio do Processo Seletivo nº 01/2020/DACE/PROEAC/UNIFAP. Em pesquisa ao portal da transparência, foi constatado que o orçamento destinado a assistência estudantil pelo PNAES é no valor de R\$ 4.127.701,00.

Tabela 3 – Auxílios ofertados através do PNAES.

AUXÍLIO	CAMPI	TOTAL
AUXÍLIO ATLETA	MARCO ZERO	4.050,00
AUXÍLIO EVENTOS	MARCO ZERO	1.354,00
ALIMENTAÇÃO PECÚNIA	MAZAGAO, SANTANA E OIAPOQUE	149.200,00
CRECHE	MARCO ZERO, MAZAGAO, SANTANA E OIAPOQUE	88.200,00
DEFICIÊNCIA	MARCO ZERO	87.200,00
ALIMENTAÇÃO PECÚNIA (EMERGENCIAL-DURANTE A PANDEMIA)	MARCO ZERO	393.300,00
ALIMENTAÇÃO RU (ANTES DA PANDEMIA)	MARCO ZERO	340.382,39
FOTOCÓPIA	MARCO ZERO, MAZAGAO, OIAPOQUE E SANTANA	32.240,00
MORADIA	MARCO ZERO, MAZAGAO, OIAPOQUE E SANTANA	180.000,00
PERMANÊNCIA-PNAES	MARCO ZERO, MAZAGAO, OIAPOQUE E SANTANA	930.000,00
TRANSPORTE INTERMUNICIPAL	MARCO ZERO, SANTANA E MAZAGAO.	23.928,39
TRANSPORTE URBANOS	MARCO ZERO E SANTANA	85.600,72
TRANSPORTE EMERGENCIAL (DURANTE A PANDEMIA)	MAZAGAO E OIAPOQUE.	4.602,00
	MARCO ZERO, MAZAGAO, OIAPOQUE E SANTANA.	170.400,00

Fonte: Portal da Transparência. Governo Federal (2020).

Após análise primária dos dados obtidos, é possível identificar que o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é o gênero, do qual existem espécies de políticas públicas específicas. Os maiores investimentos estão nas seguintes áreas:

- a) Auxílio Permanência – PNAES: com investimento de R\$930.000,00, recursos financeiros ligados à políticas estruturais e econômicas que viabilizem ao aluno oportunidades de dedicação na graduação, e podendo assim concluir seu curso superior;
- b) Auxílio Alimentação Pecúnia: importante ressaltar que essa assistência estudantil concretizou-se no período de pandemia, crise sanitária que afetou diretamente a educação brasileira, sendo responsável pelo crescimento exponencial nos números da evasão nas universidades. Nessa política o Governo Federal destinou R\$393.300,00;
- c) Auxílio Alimentação Restaurante Universitário: é necessário compreender que a alimentação dos alunos é importante para uma boa caminhada acadêmica, o investimento é crucial para os alunos terem acesso a refeições por valores acessíveis e que não comprometam a renda do estudante, o investimento aqui foi de R\$

340.382,39;

d) Auxílio Moradia: outro investimento para minimizar a evasão universitária foi o auxílio moradia, o Estado do Amapá é caracterizado por concentração da sua população na capital Macapá, porém é necessário pensar em políticas educacionais ao estudante do interior, manter o aluno no campus ou perto dele é preciso, tendo em vista que o transporte para retornar ao seu domicílio é inviável, aqui o investimento alcançou R\$ 180.000,00.

Verifica-se a importância da assistência estudantil, através dessa política pública a instituição consegue os recursos necessários para transposição dos de alguns obstáculos e ajudando no bom desempenho acadêmico, para que o estudante desenvolva suas aptidões durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, diminuindo, por consequência, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

Na Faculdade Estácio do Amapá é importante ressaltar que existem núcleos especializados para o atendimento dos discentes. Esses núcleos são responsáveis por tentar minimizar a evasão universitária, servem principalmente como auxiliares da gestão acadêmica para evitar que os alunos percam o estímulo em continuar na graduação escolhida. São destinados a oferecer apoio didático-pedagógico, administrativo, de assistência, de assessoramento à Administração Acadêmica e Administrativa-financeira, às coordenações de curso, ao corpo docente e à comunidade estudantil da Estácio Amapá.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (ESTÁCIO. 2022), a Secretaria Acadêmica tem por objetivo planejar, organizar, supervisionar e administrar a vida acadêmica de todos os estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação que a Estácio do Amapá oferece, sendo responsável pela operacionalização das atividades não didáticas compreendendo: matrículas, transferências, notas, declarações, requerimentos, históricos, controle de registro dos diplomas, entre outros. Além dessa repartição na sua estrutura para melhor acolhimento ao estudante, a instituição também possui em seu PDI, os Programas de Apoio e Atendimento Psicopedagógico:

a) Programa de Ambientação do Discente: a instituição desenvolve atividades de recepção aos discentes, especialmente, aos calouros, com o objetivo de ambientá-los na instituição e integrá-los com os acadêmicos em curso. Ao desenvolver as atividades de recepção aos calouros, a Instituição tem como prioridades facilitar a rotina acadêmica do aluno, evitando assim uma possível evasão no curso;

b) Programa de Nivelamento do Discente: tem como objetivos revisar conteúdos necessários ao bom desempenho acadêmico do aluno, oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula e integrar o discente na comunidade acadêmica. A finalidade deste programa é suprir conhecimentos prévios

necessários para o ingresso do discente no cotidiano acadêmico, a Estácio do Amapá do Amapá oferece cursos de nivelamento em Matemática, Português, Física e Química;

c) Programa Avaliando ao Aprendizado: nesse programa institucional a Estácio do Amapá busca melhorar o desempenho acadêmico e profissional do aluno, a Estácio do Amapá oferece simulados on-line dentro do nível de conteúdo até então abordado. Após a conclusão do simulado o aluno consegue avaliar seus erros e acertos e a coordenação de curso consegue mensurar os conteúdos com maior deficiência para oferecer cursos de Nivelamento visando sanar a deficiência de conteúdo;

d) Programas de Convênios Institucionais: através desse programa a instituição visa proporcionar às discentes condições de intercâmbio com outras Instituições de Ensino, com empresas do setor privado e setor público a fim de propiciar vagas, estágios, visitas técnicas, palestras e outras atividades referentes à iniciação científica e extensão;

e) Complementação Curricular: os cursos livres devem ser vistos como fator determinante para o futuro daqueles que estão buscando uma colocação no mercado de trabalho, bem como aos que buscam aperfeiçoamento, proporcionando chances reais de crescimento nas corporações, além de representar a possibilidade de complementar os conhecimentos. Para o público interno, em especial, os Cursos Livres também têm a função de complementar os conhecimentos por meio das Atividades Acadêmicas Complementares (AAC).

Portanto, após analisar os documentos institucionais foi possível verificar que a IES já possui núcleos e recursos humanos específicos para o atendimento dos alunos, além disso, a oferta de programas assistenciais também é adotada para tentar minimizar os impactos que a evasão universitária pode ter nos cursos ofertados.

2.4 Estudos anteriores

Fazollo (2020), em sua dissertação intitulada “Evasão Discente em Cursos de Graduação: Estudo de Caso na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)” discorreu a respeito do tema enfrentado pela IES, de acordo com sua dissertação, o acesso à educação foi expandido através de algumas políticas públicas fomentadas pela Administração Pública:

- a) Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- b) Sistema de Seleção Unificada (SISU); o Programa Universidade para Todos (ProUni);
- c) Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES);

- d) Políticas de Ações Afirmativas;
- e) Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);
- f) Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Porém, não é apenas dar qualidade no acesso à educação, é necessário manter o estudante no curso até a sua conclusão, por isso o fenômeno da evasão deve ser enfrentado, Fazollo (2020) sugere em sua dissertação, ações de curto, médio e longo prazo a serem implementadas pelos gestores da instituição. Além disso é necessário que a IES conheça seu alunado no momento de seu ingresso, passando a monitorá-lo à medida que progride no curso, procurando auxiliá-lo, seja através de políticas públicas existentes, ou na criação de novas.

Por outro lado fatores relacionados à dificuldade de conciliar a vida profissional com os estudos, questões vocacionais, financeiras e a metodologia de ensino foram considerados determinantes para que desistissem de seus cursos, essas constatações foram feitas por Goetz (2020), na sua dissertação intitulada “Evasão Discente no Ensino Superior: Estudo de Caso na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de SINOP”.

Portanto, os resultados abrangidos pelas pesquisas mostram que o fenômeno da evasão não é responsabilidade apenas dos acadêmicos, e sim de um sistema educacional que precisa ser estudado de forma integral, não se pode chegar a conclusão de uma culpa única e exclusiva do aluno, mas esse resultado deve ser monitorado pela instituição a partir do desenvolvimento de ações externas e internas para minimizar sua ocorrência.

Goetz (2020) desenvolveu sua pesquisa na Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Sinop, no ano de 2018, trazendo algumas recomendações de ferramentas que podem combater a evasão universitária:

- a) Elaborar um dispositivo legal para que os acadêmicos consigam desenvolver suas atividades acadêmicas durante o horário de aula e minimizar ao máximo o pedido de atividades domiciliares;
- b) Realizar eventos de mostra de profissões, bem como suas matrizes curriculares, as perspectivas futuras para a profissão e média salarial;
- c) Reservar aos alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social dos auxílios alimentação e moradia;
- d) Disponibilizar ao corpo docente capacitação pedagógica com novas metodologias de ensino.

É importante destacar também a dissertação de Gil (2014), com a seguinte proposta: “Análise dos Fatores que influenciam na Evasão Discente de uma IES privada de Fortaleza – Ceará”, onde o autor desenvolveu sua pesquisa numa amostra de 103 sujeitos, destes 17 docentes e 27 discentes evadidos e 59 discentes regulares do turno noturno, na Faculdade Ateneu – FATE,

no ano de 2014, à época com 5.820 (cinco mil, oitocentos e vinte) alunos matriculados nos 28 (vinte e oito) cursos de Graduação e 1.700 (um mil, e setecentos) alunos nos 37 (trinta e sete) cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, no período de 2013.2 a 2014.1, no setor de ensino superior privado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Para Gil (2014), a evasão universitária é consequência de um ensino superior privado com demasiadas particularidades que podem gerar uma discussão política e social, principalmente quando estamos analisando um grupo específico de alunos, aqueles que pertencem ao turno noturno, que é atingido por vários fatores biopsicossociais que interferem na busca por formação pelo discente, gerando um cenário propício à evasão universitária, com base na sua pesquisa, é possível analisar alguns fatores determinantes para o combate a esse fenômeno.

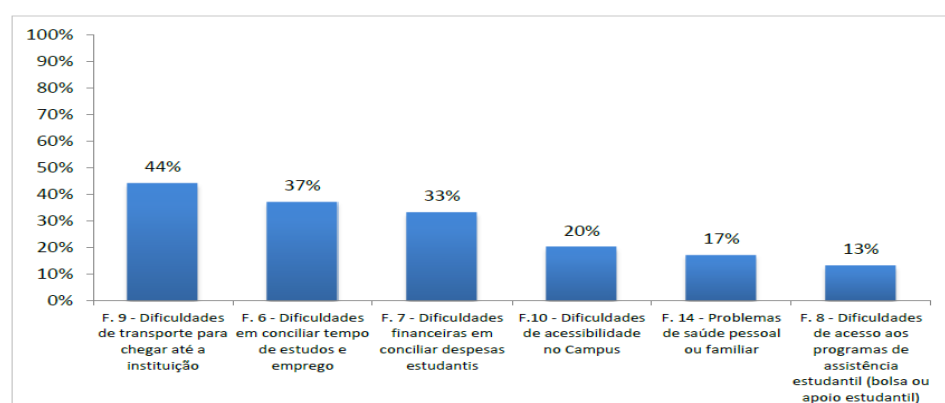
Algumas melhorias apontadas ficaram, de forma mais abrangente, direcionadas às instalações físicas, qualificação de atendentes administrativos, escuta do problema do aluno, atendimento administrativo, qualificação para Ensino à Distância, incentivo aos alunos, oportunidades para os alunos, didática docente, qualidade do ensino, remuneração docente, qualificação de professores, motivação profissional do docente, avaliação docente, avaliação institucional e avaliação do ensino-aprendizagem”. (GIL, 2014, pág 68).

Nessa análise de estudos anteriores, destaca-se a dissertação com o título “A Evasão Discente no Ensino Superior: Estudo de Caso na Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Pontes e Lacerda, de Quintino (2020).

A autora trouxe em sua pesquisa uma análise de evasão universitária na Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Pontes e Lacerda, mais precisamente nos cursos de Licenciatura em Letras, Bacharelado em Zootecnia e Bacharelado em Direito, no período de 2018 a 2019, a pesquisa caracteriza-se de tipologia descritiva-exploratória, com abordagem quantitativa, com característica de estudo de caso e pesquisa de campo

Após a análise dos dados coletados, demonstrou-se que o fator de maior representatividade para a evasão é a dificuldade em chegar até o Campus da Universidade, seguido por: dificuldades em conciliar estudos e trabalho, dificuldades financeiras, problemas de saúde e dificuldades de acesso à assistência estudantil.

Figura 5 - fatores motivacionais que influenciam na evasão universitária.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quintino (2020), também destaca em seus estudos que entre os alunos evadidos, são frequentes pessoas oriundas de famílias com escolarização deficitária, economicamente desfavorecidos, solteiros e sem filhos, a autora, portanto, demonstra uma realidade específica em sua pesquisa, traçando uma característica social e econômica do público alvo da dissertação.

Vale destacar também a dissertação “Estratégias Organizacionais e Evasão no Ensino Superior Privado”, de Mascena (2018), a autora assim como quase todos os outros estudiosos assimila que o ensino superior brasileiro passou por grandes transformações nos últimos anos, uma realidade de maior acessibilidade pelos estudantes para ingresso em instituições de ensino, buscando uma qualificação profissional através da graduação no curso desejado, esse aumento foi consideravelmente maior mas IES privadas.

Por isso o foco dado na pesquisa ficou por conta do Curso de Graduação em Administração de Empresas, considerando a realidade de uma instituição de ensino superior localizada na região centro sul do Ceará, Mascena (2018) analisa de acordo com sua base de dados os motivos que levam os alunos a evasão universitária, tendo como principais motivos que podem influenciar na evasão: dificuldades econômicas e financeiras e incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho.

O maior diferencial de sua pesquisa foi a proposta da autora ter como base a análise de fatores que antecedem o ingresso do aluno no ensino superior, Mascena (2018), desenvolveu métodos para encontrar o desempenho do estudante no ensino médio e sua orientação vocacional, além disso como esses fatores conseguiram influenciar no processo de evasão durante o período universitário.

Por fim, na dissertação de Assis (2013), intitulada “Estudo dos fatores que influenciam a evasão dos alunos nos Cursos Superiores de Tecnologia de uma Instituição de Ensino Superior Privada”, os principais motivos que influenciaram a evasão universitária: dificuldades econômicas e financeiras e incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho, o autor destaca também que durante o processo de evasão, esta na maioria das vezes, não ocorre por um motivo único, portanto o estudante pode ter mais de um fator para abandonar o curso.

A pesquisa de Assis (2013), foi realizada em uma instituição de ensino superior privada, situada no município de Contagem, em Minas Gerais, Brasil, à época foram analisados na dissertação, todos os cursos de tecnologia ofertados pela instituição, independentemente da data de autorização do curso, isso possibilitou ao autor uma visão mais expansiva do fenômeno estudado.

Portanto, ao analisar todas as pesquisas apresentadas, é possível considerar que a evasão universitária vem sendo objeto de estudo por muitos estudiosos, são dissertações que conseguem transmitir a real necessidade de mais estudos serem realizados sobre a perspectiva do tema, são

aspectos internos e externos à instituição de ensino que podem influenciar na tomada de decisão do alunado, em permanecer ou desistir da graduação.

Por fim, Ambiel (2015) é referência nos estudos sobre evasão, para o autor, a evasão universitária é uma consequência da ampliação das vagas em instituições de ensino, por isso resolveu analisar o fenômeno através de instrumentos próprios, buscou-se, entre estudantes de Ensino Superior, ativos e evadidos, os motivos que poderiam levar ou que efetivamente os levaram a desistir de seus respectivos cursos, nesse etapa inicial de criação do instrumento foram abordados 20 estudantes ativos (15 do sexo feminino), de instituições públicas e particulares, com idades entre 20 e 30 anos.

Para melhor divisão e compreensão dos níveis da pesquisa, o autor fez a divisão do trabalho em três momentos: No primeiro momento, o autor encaminhou seu instrumento de coletas de dados aos estudantes, foi enviado um *link* para o instrumento *online*, composto pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, um questionário de identificação de dados sociodemográficos e acadêmicos e uma pergunta, “Hoje, quais seriam os motivos que poderiam influenciar sua decisão de parar seu curso superior?”, com cinco espaços para a pessoa responder de forma livre.

No segundo momento: direcionando sua pesquisa para outro grupo de pessoas (ex-estudantes), quatro pessoas (três do sexo masculino), também selecionadas por conveniência, com idades entre 27 e 44 anos, receberam um *link* com acesso a um instrumento semelhante ao anteriormente descrito, a mudança aqui fica por conta do questionamento, o autor nessa versão, pergunta: “Qual foi o motivo que o levou a desistir do curso superior que você estava cursando?”, com apenas um espaço disponibilizado. E no terceiro momento o instrumento é colocado à disposição de juízes, comissão composta por três doutorandos (uma mulher e dois homens) com experiência em pesquisas no Ensino Superior, foram convidados e aceitaram analisar o instrumento em construção, após a análise os julgadores propuseram mudanças no instrumento, o que foi aceito pelo autor.

Após mudanças e ajustes, o autor conseguiu a aprovação do instrumento, esse ficou denominado de Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior, com um total de 81 itens que versaram sobre os motivos apresentados pelos estudantes que podem levar uma pessoa a desistir do curso. O instrumento foi aplicado em formato eletrônico, disponibilizado por meio da ferramenta Formulários do Google Drive.

“A quantidade de componentes a serem retidos foi verificada por Análise Paralela (AP), que consiste numa simulação de matrizes de correlação aleatórias (geralmente, entre 100 e 1000 simulações) com a mesma quantidade de variáveis e sujeitos da base de dados real. Assim, é calculada a média dos *eigenvalues* das simulações, que é, por sua vez, pareada e comparada aos valores obtidos na base real”. (AMBIEL, 2015, pág 87).

Os participantes da pesquisa foram selecionados da seguinte forma: 327 estudantes de Ensino Superior (80,1% do sexo feminino), com idades entre 17 e 58 anos. 122 pessoas (37,3%)

estudavam em instituições públicas, e 205 (62,7%), em particulares, localizadas em todos os estados brasileiros, inclusive no Distrito Federal.

Portanto, verifica-se que a literatura especializada destaca que é importante a inclusão desse estudante no ensino superior, porém como as pesquisas mostram, não é apenas garantir acesso à educação, é necessário que sejam fomentadas novas pesquisas para adaptar, ou criar novas políticas educacionais voltadas ao tema. Para tanto, na sequência, apresenta-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é essencial para o alcance dos objetivos do trabalho científico, tendo em vista que através dela busca-se demonstrar os métodos e técnicas de investigação científica, tais como: a tipologia da pesquisa, os procedimentos para a obtenção dos dados, assim como seu tratamento e análise. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 83), “todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos”.

Neste sentido, neste capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos que foram utilizados na pesquisa, ou seja, aqui é possível verificar o processo de desenvolvimento do trabalho, com base na aplicação do instrumento adaptado e dados colhidos.

3.1 Caracterização da pesquisa

Quanto à abordagem a pesquisa classifica-se como qualitativa, pois faz uso de dados extraídos dos questionários que foi adaptado para a realidade dos alunos considerados evadidos pela instituição de ensino, e que serão analisados sob um olhar interpretativo, é importante ressaltar que a realidade encontrada foi definida dentro da sociedade amapaense, ou seja, os estudantes possuem costumes, tradições e perspectivas únicas, que foram presenciadas na pesquisa.

É uma pesquisa documental, tendo em vista que serão utilizados dados secundários obtidos através de fontes documentais disponíveis ao público ou em arquivos, tais como: documentos institucionais; materiais elaborados para fins de divulgação; documentos jurídicos; documentos iconográficos; e registros estatísticos (GIL, 2017).

A presente pesquisa classifica-se quanto aos fins, como sendo de natureza descritiva, pois tem como objetivo a descrição das principais características de uma determinada população ou fenômeno, os quais estão sendo estudados, com a finalidade de identificação de possíveis relações entre as variáveis existentes.

Segundo Prestes (2003) trata-se de investigação que tem por finalidade a obtenção de conhecimento específico e estruturado sobre determinado assunto, seja através da observação dos fatos ou do registro de outras variáveis.

Quanto aos procedimentos, foi realizado um estudo de campo, tendo em vista a investigação de um fenômeno específico dentro de um contexto de vida real, portanto, a pesquisa de campo consistiu no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permitiu seu amplo e detalhado conhecimento (GIL 2017).

3.2 Locus da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na Faculdade Estácio do Amapá, no Estado do Amapá. Na instituição de ensino são oferecidos regularmente os cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil e Design de Interiores, além de diversos projetos de ensino, pesquisa e de extensão, que atendem a comunidade acadêmica e a sociedade local e de cidades adjacentes (Macapá e Santana).

A Faculdade Estácio Amapá com Credenciamento: Portaria/MEC nº 954 de 27 de março de 2002 tem como proposta basilar o ensino superior, contribuindo para atender a demanda do número de alunos que concluem o ensino médio e pretendem ingressar no mercado de trabalho. A Instituição direciona seus esforços acadêmicos para as áreas da Educação, Ciências Sociais Aplicadas e Engenharias, combinando teoria com a prática, por meio de projetos de extensão interdisciplinares, iniciação Científica com ação investigativa do ensino de sala de aula, monitoria e programas de treinamento profissional.

O curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá foi autorizado com 160 (cento e sessenta) vagas anuais, pela Portaria nº 3604 de 08 de novembro de 2004, com publicação em 09 de novembro do mesmo ano. Por sua vez, o reconhecimento do curso se formalizou por meio da Portaria nº 444 de 01 de novembro de 2011 e a renovação de reconhecimento Portaria nº 575, de 30 de setembro de 2016.

3.3 Seleção dos participantes

Os sujeitos participantes desta pesquisa foram representantes discentes considerados como evadidos do curso de graduação em bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá, nos anos letivos de 2020 e 2021. A seleção dos participantes foi realizada a partir dos seguintes critérios:

- a) Discente registrado como evadido do curso de graduação em Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá, nos anos letivos de 2020 e 2021;
- b) Estar disponível para participar da pesquisa.

Para o acesso aos estudantes considerados evadidos nos anos de 2020 e 2021, foram solicitadas à Faculdade Estácio do Amapá, as seguintes informações separadas por curso: e-mail, data da matrícula inicial, forma de ingresso, sistema de cotas e data da evasão.

A pesquisa contou com apoio direto dos seguintes departamentos da faculdade: Secretaria Acadêmica, Coordenação do Curso de Direito e Núcleo de Apoio ao Estudante. Esses departamentos possuem acesso direto ao Sistema de Gestão Acadêmica da Unidade, responsável em mapear e categorizar os alunos que fizeram requerimentos junto à instituição de ensino para

deixar o curso de direito.

3.4 Técnicas e instrumentos de pesquisa

Na pesquisa utilizamos como coleta de dados primários, o instrumento de pesquisa elaborado e validado por Ambiel (2015), denominado Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior, avaliando a vivência de estudantes de ensino superior brasileiro, tendo como principal foco a evasão universitária.

Aplicar o instrumento (adaptado) do autor foi importante, tendo em vista que já é consolidado no tema da pesquisa, o estudo ganha importância à medida que a identificação da força de motivos que podem levar os estudantes à evasão pode auxiliar em tomadas de decisões visando a proporcionar melhores condições de adaptação e desempenho para os estudantes dentro das instituições de ensino públicas e privadas.

O instrumento adaptado para esta pesquisa constituiu-se de questionário eletrônico composto por 25 questões, sendo 23 fechadas e 02 abertas. Para atender os fins desta pesquisa, foi estruturado em quatro partes:

- a) Perfil do acadêmico no momento de seu ingresso no curso de graduação;
- b) Escolarização do núcleo familiar;
- c) Perfil do acadêmico após a evasão do curso de graduação;
- d) Fatores motivadores da evasão discente.

Utilizar esse instrumento na pesquisa foi essencial para a compreensão do objeto pesquisado, para Gil, (2008, pág 47), “o questionário é um importante e popular instrumento de coleta de dados, possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio”.

Portanto, através da utilização deste instrumento para a coleta de dados foi possível responder aos questionamentos iniciais, e principalmente encontramos caminhos que nos levaram diretamente ao problema central da presente pesquisa.

3.5 Análise dos dados

A análise dos dados qualitativos foi interpretativa. De acordo com os dados que foram extraídos dos questionários encaminhados aos alunos respondentes, foi realizada uma interpretação dos hábitos, atitudes, e tendências de comportamento dos alunos evadidos.

Para a análise dos dados obtidos, utiliza-se a análise de conteúdo, tendo em vista que a pesquisa foi qualitativa, e para isso utilizamos o método de análise desenvolvido por Bardin (2011), o qual estabelece que existem três etapas para o processamento dos dados obtidos.

A primeira etapa foi a pré-análise, a organização das ideias, colocando uma ordem para a análise dos documentos, em primeiro momento tem-se a Leitura Flutuante, onde o pesquisador

tomará conhecimento da existência do material que será analisado, fazendo logo em seguida uma leitura superficial dos documentos encontrados, e com o desenvolvimento da análise, consegue-se extrair as hipóteses emergentes. Logo em seguida, foi necessário fazer a Escolha dos documentos: criou-se um “corpus”, a seleção de documentos que foram o foco da pesquisa, são os documentos que submetemos aos procedimentos analíticos.

A exploração do material, a segunda etapa, onde foi necessária uma análise minuciosa do material obtido através do levantamento, compreende determinar as unidades de registro e de contexto disponibilizados no acervo da IES pesquisada, neste momento também foi necessário a categorização do material.

A terceira etapa consiste no tratamento dos dados obtidos, etapa onde as informações classificadas e analisadas passam por um rigor de análise, nesta etapa do processo permite-se a utilização de quadros de resultado, diagramas e gráficos obtidos no processamento das informações.

Além disso, a pesquisa utilizou a ferramenta do *microsoft google forms* (formulário eletrônico), onde foi possível a elaboração de questionário com perguntas abertas e fechadas, o aluno considerado evadido respondeu às perguntas de acordo com sua vivência acadêmica. Após a colheita dessas respostas, através do *Google forms*, houve a estruturação em gráficos para melhor compreensão dos dados obtidos.

3.6 Método proposto (etapas da pesquisa)

Segundo Lakatos (2003), os resultados da pesquisa foram obtidos através da aplicação de um método previamente analisado, o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Figura 6 – Metodologia da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Através desse processo elaborado previamente foi possível chegar até a conclusão do trabalho, essa metodologia de início ajudou no levantamento de material sobre o tema pesquisado, é importante ressaltar que após a análise de documentos iniciais fornecidos pela instituição foi

possível chegar na coleta de dados e na sua respectiva análise, para posteriormente realizamos a apresentação dos dados.

3.6.1 Etapa 1

Nesta fase da pesquisa, foi realizada a pesquisa bibliográfica para a elaboração do referencial teórico. Na etapa inicial foi elaborado um pré-estudo da temática apresentada na pesquisa, buscando a definição do problema central, objeto de estudo, bem como os objetivos específicos que foram essenciais para se chegar ao resultado, além disso estudamos as metodologias utilizadas durante o processo de aprofundamento teórico.

3.6.2 Etapa 2

Na segunda etapa realizamos uma análise bibliográfica e documental, foi possível ter acesso aos documentos acadêmicos fornecidos pela instituição, posteriormente, fazendo um leitura breve sobre os dados dos alunos e as informações colhida pelos relatórios emitidos pelo sistema de informações acadêmicas (SIA), foi possível verificar quais os requisitos delimitadores a serem estipulados no questionário que utilizamos, logo em seguida, foi necessário a submissão da presente pesquisa junto ao Conselho de Ética, para aprovação e início da fase experimental.

3.6.3 Etapa 3

Essa fase foi essencial para o desenvolvimento da temática proposta, durante essa etapa foi possível chegar à estimativa de estudantes considerados evadidos pela instituição de ensino, durante o período proposto pela pesquisa. Logo em seguida utilizamos contato direto por telefones e aplicativos de mensagens (*WhatsApp*), já explicando o teor da pesquisa e enviando o questionário elaborado pelo *Google Forms*, estando disponível para devolução ao pesquisador em data previamente estabelecida, foi necessário a aplicação do questionário com perguntas abertas e fechadas, essa fase também contou com uma interpretação inicial dos dados obtidos.

3.6.4 Etapa 4

Por último, foi realizada a análise final dos dados coletados na pesquisa, durante esse processo foi possível verificar a quantidade de alunos que responderam ao questionário encaminhado tanto ao endereço eletrônico (e-mail), quanto enviados diretamente ao contato telefônico, via aplicativo de mensagens (*WhatsApp*). Logo após, foi possível analisar os dados obtidos através das perguntas abertas e fechadas, utilizando o próprio *google forms*, que possibilitou acesso a tabelas e gráficos, o pesquisador fez os devidos ajustes e também consolidou os resultados obtidos por gráficos próprios, utilizando a ferramenta do excel, com a finalidade de chegar a conclusões e recomendações do tema pesquisado, e por fim à publicação de resultados.

3.7 Aspectos éticos

Esta pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética. Sendo garantidas, ainda, as condições de confidencialidade dos dados fornecidos pelos estudantes pesquisados e a condição de divulgação dos resultados da pesquisa apenas em congressos ou publicações científicas, e sendo preservado o anonimato, mediante conhecimento e assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Após a verificação da metodologia proposta e suas etapas, foi possível verificar que a pesquisa desenvolveu um processo para obtenção e análise de dados, para se chegar aos resultados que serão apresentados no próximo capítulo.

4. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Nesse capítulo, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa, iniciando pelas formas de evasão universitária predominantes no curso de Direito da Faculdade Estácio do Amapá, fatores indicados no requerimento inicial para desligamento do curso. Na sequência foi importante traçar as características do perfil social e econômico de alunos evadidos, compreendendo uma leitura pessoal de cada estudante, para a exposição e análise das características encontradas.

E por fim, após a colheita e interpretação dos dados foi possível chegar aos fatores determinantes relacionados à evasão discente, são os motivos apontados como sendo decisivos para a desistência do curso.

4.1 As formas de Evasão Universitária predominantes no curso de Direito da Faculdade Estácio do Amapá

O cenário da educação superior brasileira mudou com a promoção de acesso à educação por parte de alguns programas governamentais, principalmente no que diz respeito à expansão da criação de novas faculdades particulares, conforme verificou-se nesta pesquisa, dados oficiais asseguram que a criação de novas instituições de ensino no setor privado são expressivos nos últimos anos. Porém, não é apenas garantir o acesso à educação, é necessário promover uma educação de qualidade e integradora, oferecer não somente o ingresso ao nível superior, mas também garantir que o aluno conclua sua graduação, e busque colocação no mercado de trabalho.

A presente pesquisa teve como estudo de campo a Faculdade Estácio do Amapá, lócus principal da pesquisa, é uma instituição privada de ensino superior, com limite territorial de atuação em Macapá, Estado do Amapá.

Os dados oficiais consultados foram requisitados aos seguintes órgãos que fazem parte do apoio às atividades acadêmicas: Secretaria Acadêmica; Núcleo de Apoio e Atendimento Psicopedagógico – Docente e Discente; Coordenadores de Curso; Espaço de Estágio e Emprego e Ouvidoria.

A instituição vem sofrendo com o fenômeno da evasão universitária no curso de bacharelado em Direito, uma análise primária dos documentos institucionais, demonstram a realidade em números vivenciada pela IES, durante os anos de 2020 e 2021, 76 alunos foram considerados pela faculdade como evadidos do curso de direito. A obtenção desses dados foi possível através do setor responsável em catalogar e analisar esses números, e o sistema SIA utilizado pela instituição estabeleceu a divisão por períodos.

Tabela 3 - Alunos considerados evadidos por semestre

PERÍODO LETIVO	ALUNOS EVADIDOS
2020.1	34
2020.2	15
2021.1	20
2021.2	7
TOTAL	76

Fonte: Elaborado pelo autor.

É necessário a adoção de alguns critérios ao abordar a evasão: a instância da qual o estudante se evadiu (curso, instituição e sistema); a autoria da decisão (voluntária ou desligamento institucional); a forma como o estudante evadiu (cancelamento ou abandono, fez uma transferência interna ou externa, trancamento, dentre outras); o período em que o estudante permanece evadido (evasão definitiva ou temporária); o momento em que ocorre a evasão (início, meio ou no final do curso); entre outros aspectos (POLYDORO, 2000).

Além disso, não é somente verificar os dados da evasão universitária que assola nossas universidades públicas e privadas, importante também foi classificar a evasão conforme a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão (BRASIL, 1997) que apresenta os seguintes tipos:

- a) Evasão do curso de origem sem concluí-lo: pode ser por desligamento do curso superior em função do abandono (não matrícula), transferência ou reopção, trancamento e/ou exclusão por norma institucional;
- b) Evasão da instituição: acontece pela mudança de Instituição de Ensino inicialmente matriculado;
- c) Evasão do sistema: é o abandono definitivo da Educação Superior. Seguindo esses critérios, foi possível ter acesso aos dados primários da Estácio Amapá, para definir quais são os tipos de evasão mais frequentes, seguindo a justificativa dada pelos alunos em cada requerimento realizado junto a Secretaria Acadêmica.

Para ter acesso aos alunos considerados evadidos da instituição de ensino, foi verificado no Sistema de Informações Acadêmicas dados que tinha como parâmetro o requerimento administrativo realizado pelo estudante, no qual constava a “solicitação de trancamento de matrícula”, ao todo 76 alunos desistiram do curso no período selecionado. Os motivos mais

recorrentes para a desistência dos alunos em continuar na graduação de Direito são:

- a) Viagem/Motivos Pessoais (15 alunos): o estudante não justifica no requerimento o motivo específico para a desistência, apenas marca a opção viagem, para fins institucionais é entendido como evasão com fins pessoais, o aluno não explica o real motivo da sua saída, apenas faz o requerimento para sair do curso;
- b) Mudança de endereço/IES (7 alunos): nessa justificativa o aluno explica que mudou-se de endereço, ou seja, reside em outro município do Estado, ou outro estado da federação;
- c) Motivo financeiro (25 alunos): esse é o principal motivo da desistência dos alunos, mesmo com políticas públicas ou institucionais, o aluno não consegue seguir no curso, a falta de recursos financeiros é um alerta que deve ser trabalhado nas instituições privadas;
- d) Insatisfação com o Campus (3 alunos): a infraestrutura da instituição também é apontada em algumas solicitações de desistência do curso, apesar de serem poucas as solicitações com essa justificativa, é importante a instituição fortalecer sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) para verificar a insatisfação desse aluno;
- e) Perda do FIES ou PROUNI (2 alunos): a diminuição de vagas com esses programas assistenciais nos últimos anos também gerou a desistência do curso de direito, os alunos dependiam da contrapartida do governo federal para continuar seus estudos;
- f) Baixo Desempenho Acadêmico (4 alunos): apesar da existência de vários programas institucionais, alguns alunos tiveram dificuldades no desempenho acadêmico, é importante verificar se isso ocorreu por fatores internos ou externos à instituição;
- g) Oferta da Concorrente (5 alunos): a competitividade do mercado de ensino também é apontada como uma causa pelos alunos. O interesse pode ocorrer por diversos fatores, os mais recorrentes são: infraestrutura, corpo docente e preço;
- h) Saúde (8 alunos): essa é uma justificativa recorrente também, tendo em vista que o lapso temporal da pesquisa, nos quais os alunos foram impactados pela COVID/19, foi necessário investigar para saber o real motivo para o estudante informar esse aspecto;
- i) Vocação para o Curso (2 alunos): os alunos recém saídos do ensino médio devem ser direcionados para as diretrizes do curso, é importante apresentar nos semestres iniciais o campo de atuação do profissional que trabalha com o direito, é uma forma de interagir e conquistar o aluno para que ele consiga terminar o curso;
- j) Conciliar trabalho e Estudo (2 alunos): outro fator apontado pelos alunos considerados evadidos é a dificuldade em conciliar a rotina de trabalho com os

estudos;

k) Aprovação Instituição Pública (5 alunos): fator importante, porque mesmo tendo vocação e pretensão de continuar estudando na instituição, o aluno busca vagas em universidades públicas, é necessário saber o real motivo para a saída do aluno;

l) Metodologia de Ensino (3 alunos): a metodologia também foi lembrada pelos alunos, aqui é importante destacar que não necessariamente é culpa do docente, pode ter sido uma falta de esclarecimento como funciona a metodologia avaliativa, e a distribuição de pontos para conseguir a aprovação no semestre.

Para melhor compreensão é possível verificar os números primários obtidos sobre a evasão universitária, nos anos de 2020 e 2021, no curso de bacharelado em Direito na Faculdade Estácio Amapá.

Gráfico 7 – Alunos considerados evadidos pela IES.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a análise prévia dos dados, foi possível observar que por diversos fatores os alunos não conseguem terminar a graduação escolhida, existem fatores preponderantes, porém é necessário pontuar que o aluno não é o único responsável pela desistência, existem fatores subjetivos (internos) e externos que contribuem para a evasão universitária.

Segundo Santos e Davoglio (2013), entre os obstáculos que apresentam os estudantes para a permanência nos cursos de ensino superior, estão os aspectos financeiros, a escolha precoce da carreira e a falta de valorização social da profissão (com dificuldades empregatícias futuras ou baixos rendimentos), a permanência dos estudantes depende também das gestões e políticas institucionais, acadêmicas e curriculares.

Portanto, a preocupação das instituições sobre a permanência e conclusão do curso faz diferença na trajetória do estudante. Nesse processo, o ensino superior é uma “porta giratória”, onde os alunos conseguem ingressar no curso desejado, porém pelos caminhos escolhidos, ou

impostos pela instituição, eles voltam pela mesma porta, ou seja, desistem em dar continuidade. Portanto as instituições públicas e privadas devem analisar que não é apenas garantir acesso pela porta da frente ao aluno, é preciso que esse aluno ingresse, permaneça e saia com o diploma de ensino superior na mão, sendo um concluinte, portanto do curso escolhido.

São alunos aprovados no vestibular, que encontram na graduação a necessidade de uma mudança de vida, e principalmente, buscam uma colocação no mercado de trabalho, porém não conseguiram concluir o ensino superior.

Alguns fatores são determinantes para os alunos não seguirem mais cursando a graduação, foi necessário a verificação de quais são esses fatores, e porque a incidência ficou mais frequente entre os anos citados (2020 e 2021), essas informações e dados concretos de evasão no curso de Direito podem ser ferramentas estratégicas para a formulação de políticas públicas de permanência desse acadêmico e de planejamento institucional para combater esse fenômeno.

Foi essencial conhecer as necessidades desse público alvo, através do levantamento de números e fatores relacionados à evasão discente no curso de bacharelado em Direito, fornecendo à gestão acadêmica dados concretos obtidos por meio de pesquisa científica. Por conta disso, a presente pesquisa buscou trabalhar essa realidade que é tão frequente em instituições de ensino superior, através de uma análise de dados baseada em pesquisa qualitativa desenvolvida no Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá, entre os anos de 2020 a 2021, para melhor avaliar o cenário acadêmico da referida instituição de ensino.

Por outro lado, a pesquisa desenvolveu através de instrumentos pré-estabelecidos (questionários e dados primários e secundários da instituição) uma compreensão dos fatores determinantes relacionados à evasão discente do curso de Direito, foi importante aferir quais as percepções dos discentes evadidos, que foram o público alvo da pesquisa.

É possível salientar que a evasão universitária não é responsabilidade apenas dos acadêmicos, e sim de um sistema educacional que precisa ser estudado de forma integrada com os demais departamentos da instituição de ensino, não se pode chegar à conclusão sumária, sem a devida análise, de que a culpa pela desistência é única e exclusiva do aluno (GOETZ, 2020).

A pesquisa também examinou as ações adotadas pela instituição de ensino que contribuem para a permanência e conclusão do aluno no Curso. Encontrar as causas do problema enfrentado pela IES foi a primeira parte desenvolvida na pesquisa, além disso, como medida de auxiliar a compreensão da evasão universitária foi preciso verificar se a Faculdade Estácio do Amapá já possui alguma política educacional voltada para o tema.

Segundo Rocha (2015), a forma de reduzir a evasão e a exclusão durante sua permanência no curso depende das políticas públicas das instituições de Educação Superior, as quais devem atender às necessidades dos diferentes grupos e garantir o apoio integral considerando a renda e a escolaridade, a relação de desempenho e a escolaridade da família e a relação do capital cultural associando o desempenho não apenas a uma capacidade do indivíduo.

É por isso que Estácio do Amapá possui políticas educacionais específicas para atender os alunos propensos à evasão universitária, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (2022):

- a) Programa de Monitoria – O programa de Monitoria da Instituição tem como objetivo proporcionar ao educando oportunidade de vivenciar o exercício do magistério, na expectativa de poder influenciá-lo na escolha por essa nobre profissão, à medida que, no papel de monitor desempenha as funções de ensino, pesquisa e extensão. O monitor terá papel fundamental no apoio aos discentes, pois participa da elaboração dos planos de trabalho com o professor responsável, auxilia o professor na realização de trabalhos e experimentos, estando apto a auxiliar os discentes, orientando e esclarecendo dúvidas em atividades de classe, campo, laboratório e demais atividades propostas pelo docente;
- b) Programa de Iniciação Científica – O Programa de Iniciação Científica na Estácio do Amapá está a serviço do Ensino e da Extensão, funcionando como uma abordagem metodológica, sob a forma de prática investigativa, para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e atividade de extensão. O Programa de Iniciação Científica da instituição tem como objetivo propiciar a inserção dos alunos no processo de investigação científica, despertando interesse, ativando vocações e mobilizando talentos entre estudantes de graduação, preparando-os para a educação continuada;
- c) Programa de Apoio ao Financiamento de Estudos: A proposta visa contribuir na formação dos discentes com dificuldades financeiras, premiar o brilhantismo acadêmico e motivar a comunidade acadêmica para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 2 - Auxílios financeiros fornecidos aos alunos pela IES

NOME DA BOLSA	REQUISITOS
Bolsa Família	Beneficiados pela Bolsa Família, os parentes de 1º grau (pai, mãe, irmãos, filhos) de um acadêmico da Estácio do Amapá.
Bolsa Convênio	Aplicam-se as normas e os percentuais estabelecidos no

	Convênio, que proporcionam bolsas de até 20% de desconto nos valores das mensalidades.
Bolsa Colaborador	Os funcionários devidamente registrados na instituição. Sendo que o colaborador efetivado na Instituição tem o desconto de 70% após o término do período de experiência.
Bolsa Professor	A instituição concede para os beneficiários da Bolsa Professor, um desconto de 40% para os docentes com média inferior a 10 horas nos dois últimos semestres e 70% para os docentes com média superior a 10 horas nos dois últimos semestres.
Bolsa Monitoria	IES concede bolsas de monitoria ligadas ao ensino, o valor da bolsa de Monitoria é equivalente ao desconto de 20% no valor da mensalidade do aluno

Bolsa Iniciação Científica	Os mecanismos de avaliação destes programas são definidos por Normas e Procedimentos aprovados pelo Conselho Superior da Instituição.
----------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor

Em virtude disso foi possível constatar que a instituição já possui políticas educacionais voltadas para tentar minimizar a evasão universitária no curso de direito, porém deve-se ter como objetivo também identificar a opinião dos alunos considerados evadidos, e principalmente verificar em qual contexto social e econômico eles estão inseridos. Por isso pretendeu-se examinar os auxílios institucionais já prestados aos alunos, auxílios que estimulem esse aluno a não desistir da graduação, para isso, foi necessário desenvolver na pesquisa um levantamento das condições sociais e econômicas dessas pessoas para saber a necessidade individual de cada estudante.

4.2 Características do perfil social e econômico de alunos evadidos no Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá

Para compreender os indivíduos considerados evadidos de acordo com a revisão da literatura, foi necessário desenvolver na pesquisa instrumentos para caracterizar o perfil social e econômico de alunos evadidos no Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá, a evasão universitária é um fenômeno complexo que necessita ser avaliado de perto, podendo ser relacionada a elementos acadêmicos, institucionais, sociais e econômicos, tudo sendo agravado pela pandemia em escala mundial ocasionada pela COVID/19.

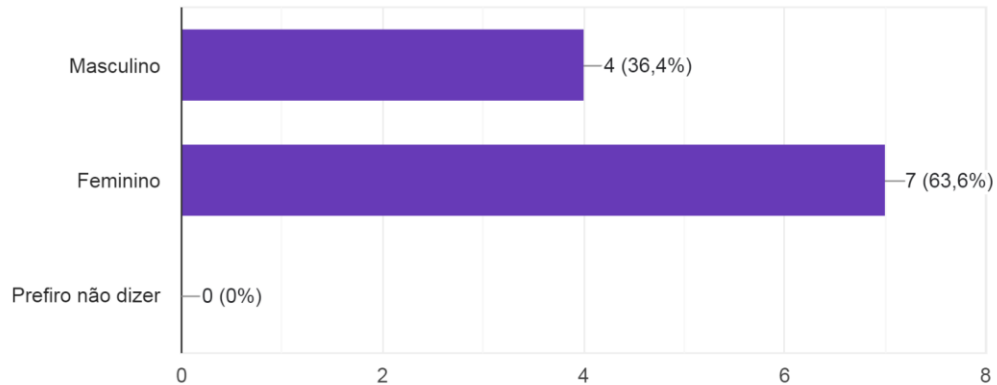
Sempre lembrando que o contexto individual e familiar que o alunos está inserido é importante para conhecer a realidade esse cidadão brasileiro, verificar o contexto no qual ele está inserido é também buscar um sentido mais humano no momento de analisar os dados obtidos através do instrumento de coleta, até porque a família e amigos estão diretamente ligados ao seu desenvolvimento acadêmico e social do estudante, segundo a abordagem sociológica da evasão desenvolvida por Spady (1970).

De início tem-se para a caracterização da amostra, o gênero declarado pelos respondentes, representada no gráfico 8.

Gráfico 8 – Gênero declarado pelos respondentes.

Qual seu gênero?

11 respostas



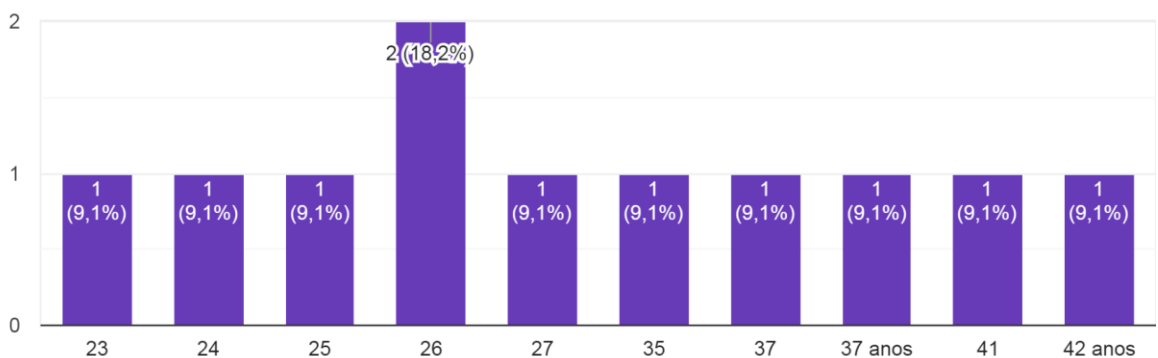
Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com a obtenção dos dados foi possível verificar que 36,4% dos respondentes são do sexo masculino, enquanto 63,6% é caracterizado pelo sexo feminino. Logo em seguida, é possível observar a faixa etária dos indivíduos que responderam ao questionário, representada pelo gráfico 9.

Gráfico 9 - Faixa etária dos respondentes.

Qual a sua idade?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi possível verificar que a faixa etária preponderante dos estudantes considerados evadidos ficou entre 23 a 42 anos, sendo importante ressaltar que 18,2% dos alunos encontra-se na faixa

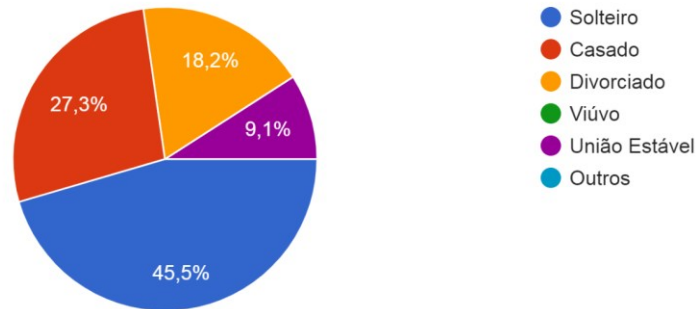
etária de 26 anos.

A seguir, no gráfico 10 apresentam-se os dados referentes ao estado civil dos respondentes da pesquisa.

Gráfico 10 - Estado civil dos alunos evadidos

Qual seu estado civil?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

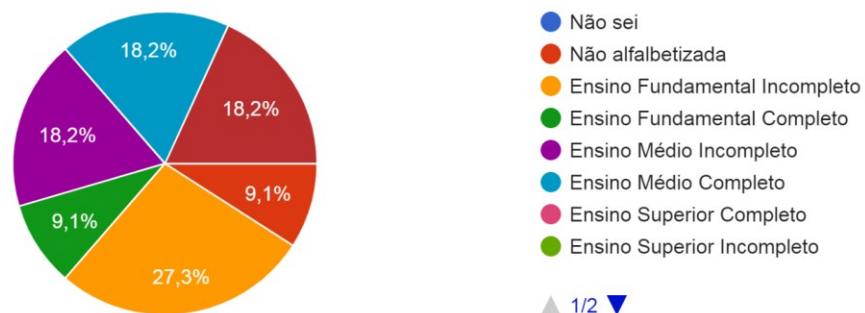
De acordo com os dados obtidos, 45,5% dos respondentes possui o estado civil de solteiro, por outro lado 27,3% encontram-se casados, enquanto divorciado e união estável, correspondem respectivamente a 18,2% e 9,1%.

Adentrando no universo familiar, o gráfico 11, apresenta os dados referentes à escolaridade da mãe ou de quem desempenha essa função, segundo as respostas obtidas dos alunos evadidos.

Gráfico 11 - Nível de escolaridade da mãe

Qual escolaridade da sua mãe?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

A escolaridade da mãe ou de quem desempenha essa função teve percentual mais representativo entre aquelas que possuem o ensino fundamental incompleto, representando

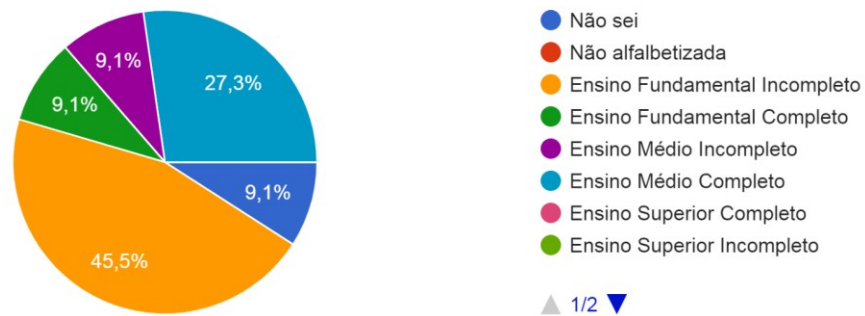
27,3%, enquanto não alfabetizada, ensino médio incompleto e ensino médio completo, tivemos 18,2% dos respondentes informando a escolaridade da mãe. E por último o ensino fundamental completo e não alfabetizado correspondem a 9,1%.

Assim como os dados anteriores, no gráfico 12, são apresentados os dados referentes à escolaridade do pai ou de quem desempenha essa função.

Gráfico 12 – Nível de escolaridade do pai

Qual escolaridade do seu pai?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

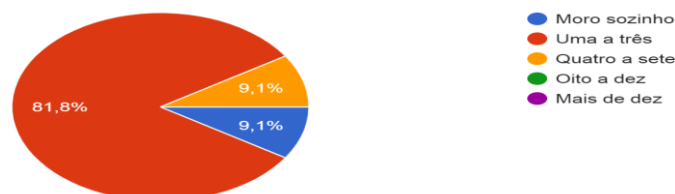
A preponderância nos dados colhidos é pela escolaridade do pai ser ensino fundamental incompleto, totalizando 45,5% do casos, por outro lado 27,3% das resposta sinaliza como sendo ensino médio completo, enquanto ensino fundamental completo, ensino superior completo e não sei, teremos 9,1% dos respondentes.

Prosseguindo, foi importante caracterizar também o universo familiar no qual está inserido o aluno considerado evadido, por isso no gráfico 13, foi possível verificar quantas pessoas residem com o respondente.

Gráfico 13 – Composição familiar

Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

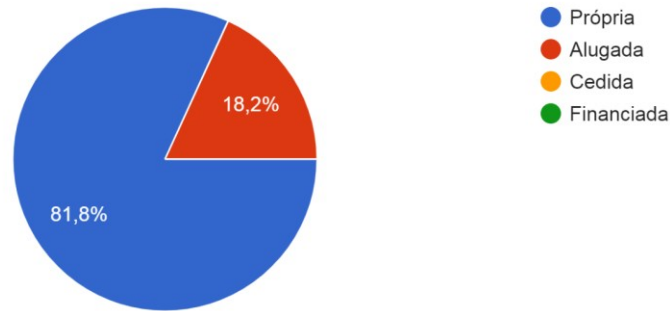
Sendo que 81,6% afirmam que de uma a três pessoas residem no mesmo domicílio, enquanto morar sozinho corresponde a 9,1% e quatro ou sete pessoas também 9,1%. Além disso,

no gráfico 14, conforme verificado o aluno também informa qual a situação da casa onde mora atualmente.

Gráfico 14 – Situação do imóvel habitado

A casa onde você mora é?

11 respostas



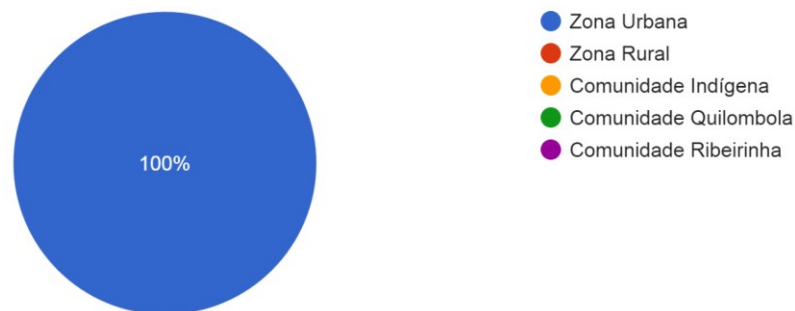
Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que 81,8% dos alunos residem em casa própria, enquanto 18,2% informa que atualmente reside em casa alugada. Adiante, 100% dos alunos informaram ao responder o questionário que moram na zona urbana, conforme gráfico 15.

Gráfico 15 – Localização do imóvel habitado

Sua casa está localizada em?

11 respostas



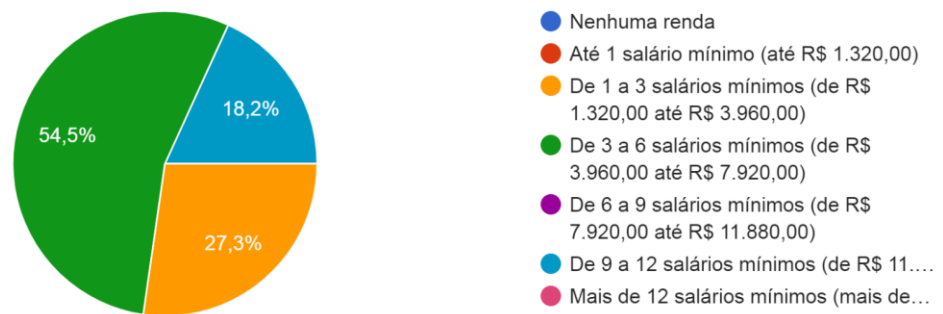
Fonte: Elaborado pelo autor.

Com o intuito de ainda verificar o universo familiar do estudante, o gráfico 16 irá informar qual a renda familiar mensal.

Gráfico 16 - Composição da renda familiar do aluno evadido

Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

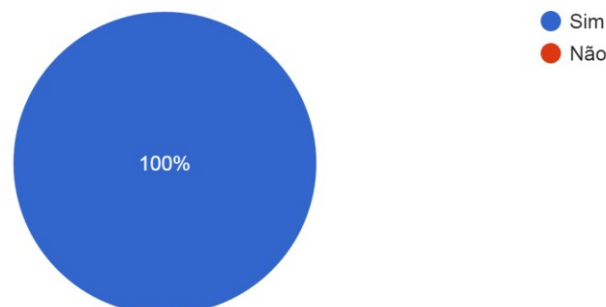
Somando a renda do aluno com a renda das pessoas que moram na mesma casa, 54,5% afirma que a renda é de 3 a 6 salários mínimos (de R\$3.960,00 até R\$7.920,00). Por outro lado, a renda de 1 a 3 salários mínimos (de R\$1.320,00 até R\$3.960,00) corresponde a 27,3% dos respondentes. E por fim 18,2% alega que a renda familiar mensal é de 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 11.880,00 até R\$ 15.840,00).

Foi desenvolvido na pesquisa também o perfil do aluno considerado evadido em relação a sua vida acadêmica e a compatibilidade com o emprego, 100% dos estudantes afirma que está trabalhando regularmente, ou já trabalhou, conforme gráfico 17.

Gráfico 17 - Desenvolvimento de relação de trabalho

Você trabalha ou já trabalhou?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Prosseguindo, foi possível observar no gráfico sobre qual a atual ocupação dos estudantes considerados evadidos do curso de Direito, conforme gráfico 18.

Gráfico 18 - Situação ocupacional atual dos respondentes

Em que você trabalha atualmente?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

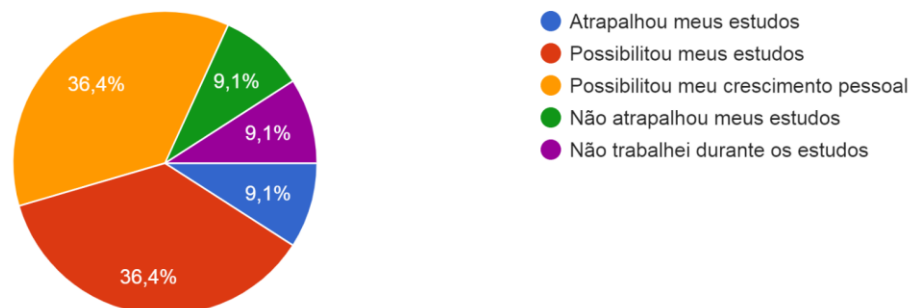
Em virtude disso, 36,4% indica que desenvolve trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.). Enquanto 27,3% trabalha como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior. E 9,1% corresponde respectivamente a trabalho desenvolvido no comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços, além de trabalhos fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo), outros trabalhos e não desenvolvem nenhuma ocupação no momento.

Os alunos também tiveram a oportunidade de indicar no questionário como avaliam a possibilidade de ter estudado e trabalhado durante a jornada acadêmica (gráfico 19).

Gráfico 19 - Avaliação sobre estudar e trabalhar ao mesmo tempo

Como você avalia ter estudado e trabalhado durante seus estudos?

11 respostas



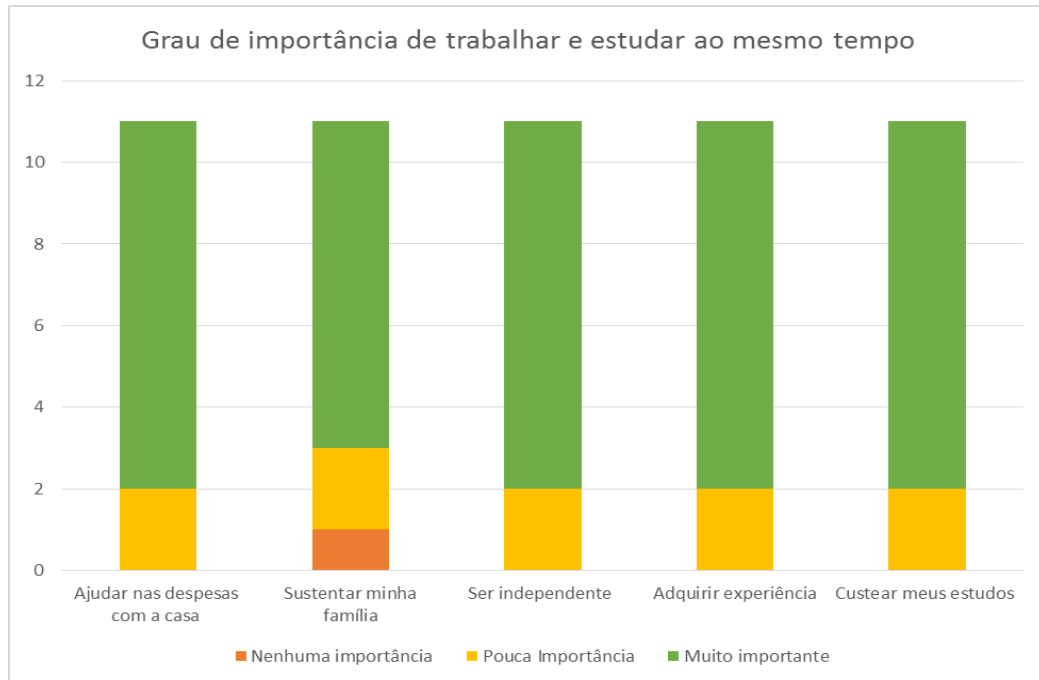
Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi possível constatar que 36,4% dos alunos respectivamente informa que o trabalho durante a graduação possibilitou seu crescimento pessoal e possibilitou os estudos serem mantidos durante o período que esteve no curso, enquanto 9,1% respectivamente indica que o trabalho não

atrapalhou os estudos; atrapalhou os estudos e não desenvolveu qualquer atividade de trabalho.

Prosseguindo, nesse momento os alunos tiveram a oportunidade de indicar de forma aberta qual a importância de trabalhar e estudar ao mesmo tempo, para isso foram indicados 5 motivos no questionário.

Gráfico 20 - Grau de importância de trabalhar e estudar ao mesmo tempo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o gráfico 20 demonstra, o grau de importância dos motivos apresentados foi informado pelos alunos, sendo que a escala foi estabelecida da seguinte forma: 1 – nenhuma importância, 2 - pouca importância e 3 - muito importante. Ajudar nas despesas com a casa foi considerado um motivo muito importante pelos alunos, cerca de 80%, enquanto 20% indicou pouca importância. Por outro lado, sustentar a família (marido, esposa, filhos e etc) 80% alega que é muito importante, e 20% alega que foi pouco importante.

Outro motivo apresentado foi o de ser independente (ganhar o próprio dinheiro), 90% dos respondentes alega que foi muito importante, e 10% informa que pouca importância teve. Adquirir experiência no mercado de trabalho foi também um dos motivos, 90% alega que esse motivo foi muito importante no momento acadêmico, e para 10% esse motivo foi pouco importante, e para finalizar a escala, custear os estudos foi um motivo muito importante, com 90% dos respondentes, enquanto outros 10% pouca importância encontraram.

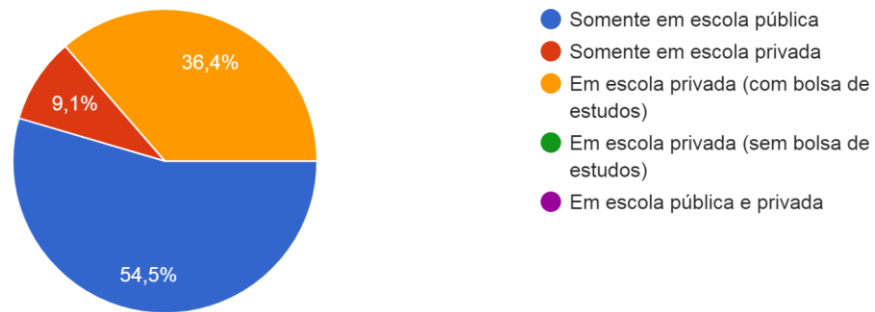
4.3 Perfil acadêmico do aluno evadido

Na sequência foi importante traçar o perfil do acadêmico do aluno considerado evadido pela instituição de ensino, desta forma, no gráfico 21, o estudante respondeu onde cursou o ensino médio.

Gráfico 21 – Instituição onde cursou o ensino médio

Onde você cursou o ensino médio?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

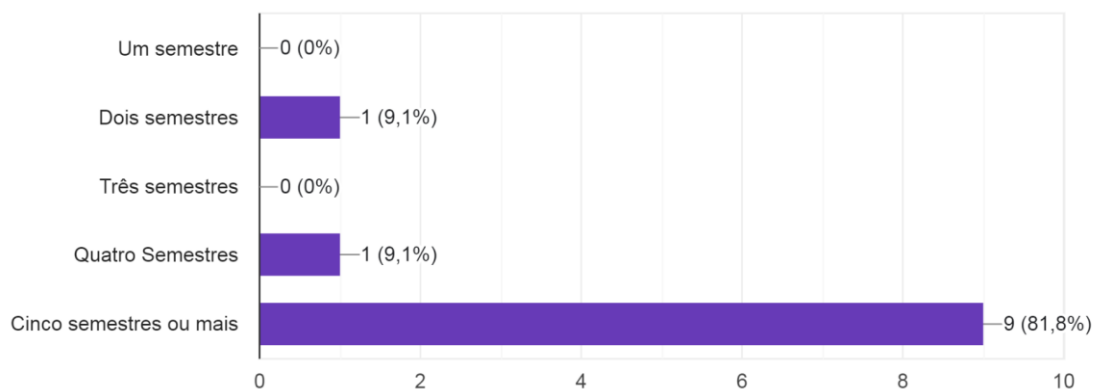
Nota-se que é preponderante que os respondentes cursaram o ensino médio somente em escola pública, correspondendo a um total de 54,5%, por outro lado 36,4% cursaram o ensino médio regular em escola privada (com bolsa de estudos), e 9,1% fizeram o ensino médio somente escola privada.

Prosseguindo, quando foram questionados quanto tempo permaneceram no curso de graduação, os alunos evadidos apresentaram as seguintes respostas, conforme o gráfico 22.

Gráfico 22 – Tempo de permanência no curso de Direito

Quanto tempo permaneceu no curso de bacharelado em direito da Faculdade Estácio do Amapá?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nos dados apresentados 81,8% dos respondentes ficou mais cinco semestres ou mais na graduação de direito, enquanto os que indicaram dois semestres e quatro semestres, correspondem a 9,1% cada.

A situação acadêmica do aluno após a evasão (saída do curso de direito) também foi objeto no questionário, conforme gráfico 23.

Gráfico 23 - Situação acadêmica após a evasão do curso

Qual a sua situação acadêmica após a evasão (saída do curso)?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

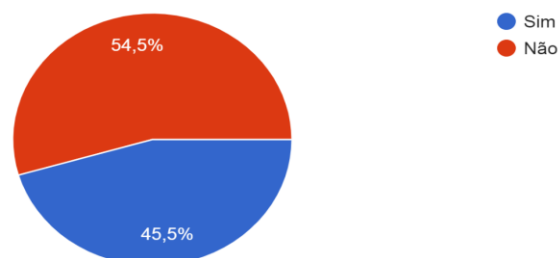
A situação de 36,4% dos alunos considerados evadidos é o retorno aos estudos de graduação na Estácio Amapá no mesmo curso, igualmente 36,4% indica que não retornou os estudos de graduação, enquanto 18,2% retornou os estudos em graduação presencial em outra instituição de ensino superior, e 9,1% retornou os estudos em outra graduação em universidade pública.

Em relação a condição do estudante em ter participado de algum curso / palestra de orientação vocacional ou profissional antes de ingressar na universidade, os resultados foram os seguintes.

Gráfico 24 - Participação em evento sobre vocação profissional

Você participou de algum curso / palestra de orientação vocacional e/ou profissional antes de ingressar na universidade?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

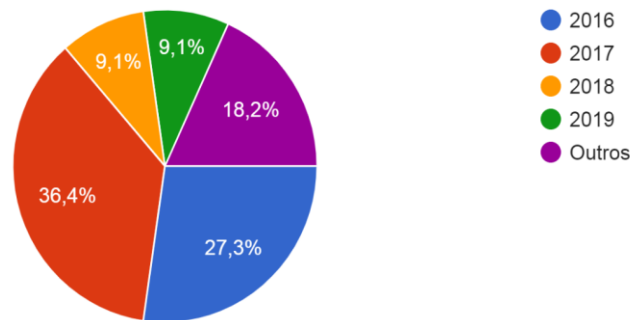
De acordo com o perfil dos alunos, 54,5% indicaram que não tiveram participação em cursos ou palestras vocacionais (profissionais), enquanto 45,5% informaram que tiveram antes de ingressar na graduação Direito, participação nos referidos cursos (gráfico 24).

Em seguida foi perguntado ao aluno evadido qual o ano de ingresso no curso de graduação em Direito, gráfico 25.

Gráfico 25 – Ano de ingresso no curso de Direito

Qual o ano de ingresso no curso de graduação em direito?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

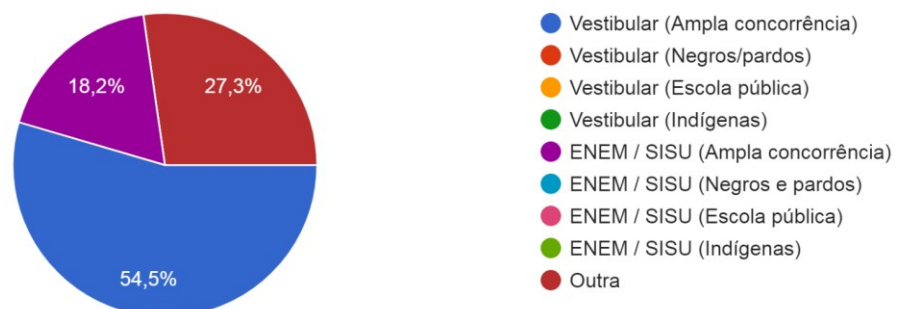
Após uma análise percebe-se que 36,4% dos alunos ingressou no ano 2017, enquanto isso em 2016 ingressaram no curso 27,3%, outros períodos foram indicados correspondendo a 18,2%, e nos anos de 2018 e 2019, respectivamente tivemos 9,1% dos alunos.

E por fim, a modalidade de processo seletivo utilizada para ingresso na instituição também foi indicada, conforme gráfico 26.

Gráfico 26 - Modalidade de ingresso no ensino superior

Qual foi a modalidade de processo seletivo utilizada para ingresso na instituição

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi predominante o ingresso na graduação através do vestibular (ampla concorrência) com 54,5% dos respondentes, o ingresso por vestibular (negros/pardos) foi de 27,3%, e ENEM/SISU (ampla concorrência) foi de 18,2%.

A teoria de Tinto (1975) que possui uma abordagem sociológica sobre a evasão universitária é importante, após a análise dos dados, foi possível verificar que o nível socioeconômico da família, expectativa dos pais a respeito do futuro do filho, habilidades acadêmicas e conhecimentos adquiridos no segundo grau, além de características individuais como gênero e raça poderão influenciar no momento que o aluno desiste do curso de direito.

4.4 Fatores determinantes relacionados à evasão discente Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá.

A parte final da pesquisa foi responsável em obter dos alunos evadidos os fatores determinantes que eles consideraram no momento que decidiram abandonar o curso de direito da Faculdade Estácio do Amapá.

É importante destacar que nesse momento observa-se uma escala de motivos já estabelecida no instrumento de coleta de dados, onde os alunos tiveram a opção de responder o grau de contribuição que os motivos apresentados influenciaram na decisão para sair do curso. A escala ficou estabelecida da seguinte forma:

- 1 - Não contribuiu para a evasão do curso.
- 2 - Pouco contribuiu para a evasão do curso.
- 3 - Média contribuição para a evasão do curso.
- 4 - Decisivo para a evasão do curso.

Portanto, após a análise dos dados obtidos, nos gráficos abaixo foi possível observar a organização das respostas de acordo com a opinião de cada respondente, isso foi muito importante para a pesquisa, tendo em vista que nesse momento os estudantes tiveram a oportunidade de responder ao quesito de forma livre, ou seja, nesse momento foi possível verificar o grau de importância que cada aluno teve em relação aos fatores que podem desencadear a evasão universitária no curso de Direito.

Nesse primeiro momento de respostas livres, o aluno ficou vinculado a determinados fatores estabelecidos pelo pesquisador, principalmente fatores encontrados na colheita inicial de dados, para existir compatibilidade entre os fatores indicados pela instituição de ensino em seus documentos oficiais, mais a frente, foi possível ao estudante indicar, também de forma livre, o principal motivo que ele encontrou para não continuar com seus estudos.

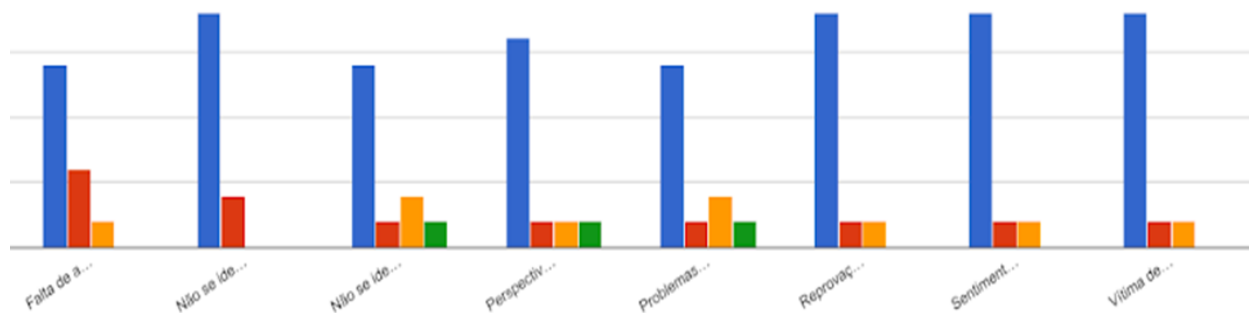
Gráfico 27 - Grau de importância na decisão de evasão do curso de direito, primeira parte

Resposta de acordo com o grau de importância na sua decisão de evadir-se (sair) do curso de graduação em direito da Faculdade Estácio do Amapá:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 28 - Grau de importância na decisão de evasão do curso de direito, segunda parte



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse momento (gráficos 27 e 28) foi necessário analisar de forma específica cada um dos motivos apresentados no questionário, e verificar quais são os fatos considerados decisivos para os alunos saírem do curso de direito.

- Dificuldade de acessibilidade ao campus: Ao ser questionado sobre a dificuldade de acessibilidade ao campus, 80% dos alunos afirma que esse motivo não contribuiu para a evasão do curso, e 20% alega que teve pouca contribuição;
- Dificuldade de acesso aos programas de assistência estudantil: foi indicado por 70% como sendo um fator que não contribuiu à evasão, enquanto 10% afirma que teve pouca contribuição, e 10% média contribuição;
- Dificuldade de transporte para a universidade: nesse fator apresentado 50% dos alunos indica que não teve influência no momento da saída do curso, já 30% afirma que teve pouca contribuição, e 20% média contribuição para evasão;
- Dificuldade de integração entre alunos, professores e técnicos: para 60% não teve

contribuição para a evasão, já 30% alega que a contribuição foi pouca, e 10% indicou que a contribuição foi média;

e) Dificuldade para conciliar trabalho e estudo: esse fator foi considerado sem importância no momento da evasão por 50% dos alunos, 20% considerou que contribuiu pouco, 10% indicou média contribuição, e para 10% dos alunos, esse fator foi considerado decisivo;

f) Dificuldades financeiras em conciliar despesas estudantis, pessoais e familiares: aqui temos um fator considerado decisivo pelos alunos para a evasão universitária na instituição, 50% disse que esse fator foi crucial para tomar a decisão de desistir do curso. Por outro lado, 30% disse que não contribuiu, e 20% alega que teve uma média contribuição;

g) Discriminação de cunho racial, religioso ou de gênero: Esse motivou não contribuiu para a desistência do curso, conforme indica 80% dos alunos, enquanto 20% indica que pouca contribuição teve;

h) Distância de familiares e amigos: 70% dos alunos afirma que esse motivo não contribuiu para a evasão acontecer, 20% disse que contribuiu pouco, e 10% afirma que foi um fator decisivo;

i) Falta de assistência da coordenação de curso: 70% disse que não teve contribuição, enquanto para 20% a contribuição foi pouca, e 10% alega que teve uma média contribuição;

j) Não se identificou com a metodologia de ensino: é preponderante que esse motivo não contribuiu para a evasão, indicado por 90% dos alunos, e 10% disse que teve pouca contribuição;

k) Não se identificou com o curso ou não se sentiu vocacionado: Ao ser questionado sobre esse quesito, 70 % dos alunos considerou que não houve contribuição para a evasão, 10% alega média contribuição, 10% pouca contribuição, 10% considera que foi uma contribuição decisiva;

l) Perspectivas futuras do mercado de trabalho para a profissão: 70% dos alunos informou que não teve contribuição, para 10% a contribuição foi pouca, 10% considerou um motivo mediano, e 10% decisivo;

m) Problemas de saúde (pessoais ou familiares): a saúde também foi objeto dos motivos apresentados, 70% alega que não teve um contribuição, para 10% a contribuição foi pouca, 10% considerou um motivo mediano, e 10% decisivo;

n) Reprovação em uma ou mais disciplinas / Sentimento de insegurança decorrente da violência / Vítima de agressões físicas, verbais ou psicológicas: tiveram números iguais, para cada um desses motivos o aluno afirma 80% que não teve contribuição para saída do curso, enquanto 10% considerou pouca a contribuição, e 10% média

contribuição;

O resultado apresentado é importante para verificarmos os fatores que são considerados decisivos para os alunos saírem do curso de direito. A abordagem sociológica de Tinto (1975), explica muito bem a figura do estudante que deixa a universidade por fatores relacionados à falta de adaptação ao espaço acadêmico e social da instituição de ensino (fatores internos), conforme apontado na pesquisa o fator decisivo foi a dificuldades financeiras em conciliar despesas estudantis, pessoais e familiares onde 50% dos respondentes alega que esse fator pesou muito no momento da decisão em abandonar a graduação naquele momento.

Além disso como a pesquisa tenta compreender o perfil social e econômico desse aluno considerado evadido, o fator econômico então é decisivo para o aluno equilibrar sua vida acadêmica e familiar, a instituição precisa pensar nas mensalidades que serão pagas pelos estudantes até porque dependente dessa receita originária para conseguir manter suas estruturas e fornecer o serviço com qualidade, mas também, é necessário pensar no aluno, a figura do trabalhador-estudante é uma realidade no ensino superior brasileiro, frequente nas instituições de ensino, podemos considerar então que esse aluno desenvolve uma longa jornada de trabalho durante o dia para conseguir pagar os valores referentes às mensalidades do curso, e além disso precisa fazer uma esforço para resguardar o mínimo de dignidade à sua família.

No quadro abaixo os alunos que foram considerados evadidos no período indicado na pesquisa tiveram a oportunidade de colocar o principal motivo para a desistência do curso, através de respostas livres, de acordo com a sua experiência pessoal.

Quadro 2 – Respostas livres sobre a evasão universitária

Motivo da evasão apresentado (pergunta aberta)	Respondente
<i>“Financeiro”</i>	Respondente 1
<i>“Não cancelei. Formei em 2022 na Estácio”.</i>	Respondente 2
<i>“Problema de saúde da minha esposa”</i>	Respondente 3
<i>“A mudança de cidade foi o único fator”</i>	Respondente 4
<i>“Opção de graduação em Universidade Federal”</i>	Respondente 5

<i>“Problemas financeiros e de saúde”</i>	Respondente 6
<i>“Dificuldades financeiras”</i>	Respondente 7
<i>“Acessibilidade financeira”</i>	Respondente 8
<i>“Financeira”</i>	Respondente 9
<i>“Dificuldade financeira”</i>	Respondente 10

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ante a análise dos motivos apresentados, conclui-se que o motivo “financeiro” é mais uma vez preponderante entre os alunos, muitos não conseguiram seguir na jornada acadêmica tendo em vista a dificuldade de conseguir arcar com os valores das mensalidades do curso. Por outro lado, não menos importante o problema de saúde também é apontado pelos estudantes, um fator familiar que também impediu o prosseguimento no curso.

Apesar da instituição de ensino ter várias políticas educacionais para atender os alunos como: auxílios ou bolsas para desconto no valores das mensalidades e programas de nivelamento do ensino-aprendizagem, foi possível verificar que mesmo assim os alunos não foram “retidos” na base do curso de direito. Foram alunos que conseguiram chegar nas vagas ofertadas pela instituição, começaram a jornada acadêmica, chegaram a cursar mais de 5 semestres do curso de direito, como a pesquisa demonstrou, porém não tiveram como conciliar principalmente a vida financeira com a manutenção dos estudos.

Foram alunos que apesar do sonho em continuar os estudos tiveram que “optar” pela saída do curso para conseguir buscar uma renda que fosse suficiente para manutenção própria e de seus familiares, conforme preceitua Bean (1980), os fatores decisivos para o aluno escolher o caminho da evasão envolvem fatores psicológicos, é possível verificar que esses fatores são decisivos para a evasão universitária acontecer.

É necessário que a IES conheça e acompanhe seus alunos, desde o momento do ingresso na graduação até a conclusão do curso, foi possível verificar que durante a jornada acadêmica o aluno foi auxiliado pela instituição, tendo em vista as políticas internas adotadas como bolsas de estudos e programas de nivelamento acadêmico, porém, mesmo assim ficou demonstrado que o motivo financeiro foi um divisor de águas entre continuar e desistir.

5. CONCLUSÃO

Ao longo do processo de pesquisa proposto no trabalho foi possível observar que a evasão universitária na graduação de direito deve ser tratada como um fator preocupante, principalmente quando fazemos o estudo de pesquisas anteriores, embora como demonstrado na pesquisa, sejam trabalhos voltados para um universo diferente em alguns casos, como instituições públicas, foi possível observar que a desistência do aluno em seguir na graduação atinge também a iniciativa privada, bem como a sociedade que necessita de profissionais qualificados.

De início foi importante identificar as formas de evasão universitária predominantes no curso de Direito da Faculdade Estácio do Amapá. Observamos, que a pesquisa trouxe espécies de evasão universitária, sendo que os motivos apresentados pelos alunos no momento de requerimento para a desistência do curso são variados, mas a predominância ficou por conta de fatores financeiros, sendo a principal justificativa para o aluno sair do curso de Direito, foram alunos que no momento do requerimento junto ao sistema de informações acadêmicas (SIA) informaram que a “falta de condições financeiras” não possibilitou a continuação dos estudos, por outro lado a pesquisa também demonstrou que “motivos pessoais” foi também um fator decisivo, verificou-se que nesse momento o aluno não informa no sistema o real motivo da desistência, apenas sinaliza que não pretende mais continuar no curso, portanto, durante a pesquisa fazer o levantamento desses alunos, e buscar saber qual foi o verdadeiro motivo para evasão do curso foi essencial.

Por outro lado, ao buscar conhecer as características do perfil social e econômico de alunos evadidos no curso, a predominância foi por estudantes do sexo feminino, com faixa etária de 26 anos e estado civil solteiro. No contexto familiar, são pessoas que residem em casas próprias, na zona urbana, e possuem mais de três componentes na família, sendo que a renda bruta mensal é de 3 a 6 salários mínimos.

A pesquisa também trouxe dados sobre a importância do trabalho durante os estudos, na sua totalidade, os estudantes indicam que já exerceram atividade de trabalho durante os estudos, e no momento a predominância é para o trabalho desenvolvido no lar ambiente doméstico. O trabalho foi considerado importante pelos alunos evadidos, estes indicaram que possibilitou os estudos e o crescimento pessoal. São alunos que saíram da escola pública, e participaram antes de ingressar na graduação de cursos vocacionais ou profissionais. Foram estudantes que ingressaram no ensino superior pelo vestibular (ampla concorrência), permanecendo no curso em média mais de cinco semestres, e atualmente não retornaram mais seus estudos no ensino superior, seja em universidade pública ou privada, a evasão, portanto, foi definitiva.

E por fim, quanto aos fatores determinantes relacionados à evasão discente Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá, a pesquisa demonstrou que o real motivo para a saída da graduação foi o financeiro, foram alunos que não conseguiram arcar com os valores à título de mensalidade do curso, portanto, observa-se que a dificuldade em pagar as mensalidades

pode ter influência na taxa de evasão do curso, cabendo ainda, ampliação de estudos que validem tais influências e suas consequências. Concluímos, portanto, que a evasão universitária no curso de direito da Faculdade Estácio do Amapá é uma realidade que precisa ser encarada pela instituição, em todos os seus setores, é importante compreender que o motivo financeiro foi preponderante para a desistência do aluno, apesar da instituição já possuir políticas educacionais internas, como bolsas de incentivo e descontos em mensalidades, o aluno ainda teve dificuldades em continuar no curso.

Os resultados apresentados na pesquisa podem auxiliar a instituição no processo de encarar essa realidade vivida pelos alunos matriculados no curso de direito, buscando entender como os fatores indicados por esses estudantes são importantes na tomada de decisão para a saída do curso. É imperioso destacar que a pesquisa apresentou a vivência dos discentes do curso, seria importante a ampliação desse universo de respondentes em pesquisas futuras, em busca da obtenção da realidade vivida não somente pelo aluno considerado evadido, mas também pelo corpo docente, gestão e apoio. Isso tudo na busca pelo melhor diagnóstico do objeto estudado, a evasão universitária, e como sugestão para pesquisas futuras, seria possível buscar ações que possam auxiliar no combate a esse fenômeno.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, João Batista. **Evasão discente no ensino superior**: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - campus de Sobral. 2013. 99 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará (UFC): Fortaleza, 2013.
- AMBIEL, Rodolfo A. M.. Construção da Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior. **Aval. psicol.**, Itatiba , v. 14, n. 1, p. 41-52, abr. 2015 .
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Evasão discente na Universidade Federal do Ceará (UFC): proposta para identificar causas e implantar um serviço de orientação e informação (SOI). In: **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro (Estado). v. 11, n. 40: 332-347, jul./dez. 2003.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira; ANDRIOLA, Cristiany Gomes; MOURA, Cristiane Pascoal. Opiniões de docentes e de coordenadores acerca do fenômeno da evasão discente dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 365-382, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362006000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 abr. 2020.
- ASSIS, Cristiano Ferreira de. **Estudo dos fatores que influenciam a evasão dos alunos nos Cursos Superiores de Tecnologia de uma Instituição de Ensino Superior Privada**. Pedro Leopoldo: 2013. 91p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo – FPL
- Bardin, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.
- BEAN, John P. Interaction Effects Based on Class Level in an Exploratory Model of College Student Dropout Syndrome. **American Educational Research Journal**, Montreal, v. 22, 35-64, 1980.
- BIAZUS, C. A. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC**: um estudo no curso de Ciências Contábeis. 2004 152 f. Tese (Doutorado)–Programa em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília: MEC, 1997.
- BRASIL. Lei Federal nº 13.005/2014. **Plano Nacional de Educação (2014)**. Brasília: Senado

Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Ministério da Educação do Brasil**. Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 4 jun. 2019.

Camelo Neto, Gil.: **Análise dos fatores que influenciam na evasão discente de uma IES privada de Fortaleza** – Ceará / Gil Camelo Neto. – 2014.

DAVOK, Delsi Fries; BERNARD, Rosilane Pontes. Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina–UDESC. **Avaliação: revista da avaliação da educação superior, Campinas**, v. 21, n. 2, p. 503-521, 2016.

FAZOLLO, Ronnie Jefferson. **Evasão discente em cursos de graduação: estudo de caso na Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)**. 2020. 89f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2020.

Furtado, V. V. A., & Alves, T. W. (2012). Fatores determinantes da evasão universitária: uma análise com alunos da UNISINOS. **Contextus – Revista Contemporânea De Economia E Gestão**, 10(2), 115-129. <https://doi.org/10.19094/contextus.v10i2.32153>

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOETZ, Jackson Éder. **Evasão discente no ensino superior: estudo de caso na Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) - Campus de Sinop**. Orientador: Wagner Bandeira Andriola. 2020. 97 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

GARNER, Richard. More than 100.000 students drop out of university after first year. Londres, 26 julho 2007. Disponível em: . Acesso em: 09 maio 2009. **Texto postado no The Independent's, no link Education.**

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, F. S. de; ZAGO, N. Desafios conceituais e tendências da evasão no ensino superior : a realidade de uma universidade comunitária. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 366–386, 2018. DOI: 10.20396/riesup.v4i2.8651587. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8651587>. Acesso em: 17 out. 2023.

LOCH, J. M.; REIS, D. R. A expansão do ensino superior: um comparativo do crescimento no Brasil, no Paraná e na região metropolitana de Curitiba. *In: WORLD CONGRESS ON ENGINEERING AND TECHNOLOGY EDUCATION - WCETE'2004*, Santos, 2004. v. 1. Anais. Santos: UniSantos, 2004. p. 58.

MACGREGOR, Karen. South Africa: Student drop-out rates alarming. **University World News**, Londres, ed. 3, out. 2007. Disponível em: . Acesso em: 09 maio 2009.

MIRANDA, P. R.; AZEVEDO, M. L. N. de. **Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil?**. Educ. Form., [S. l.], v. 5, n. 3, p. e1421, 2020. DOI: 10.25053/redufor.v5i15set/dez.1421. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1421>. Acesso em: 17 out. 2023

NETO, Gil Camelo. **Um panorama sobre o ensino superior no brasil**. 2017. <https://saoluis.edufor.edu.br/uploads/artigos/2023/07/um-panorama-sobre-o-ensino-superior-no-brasil-1688500205.pdf>

NASSAR, Silvia M; NETO, Eugênio R; CATAPAN, Araci H; PIRES, Maria M. S. Inteligência Computacional aplicada a Gestão Universitária: Evasão Discente. In: IV Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2004, Florianópolis. **Anais eletrônicos do IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em: . Acesso em: 24 mar. 2008.

ONU, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2020). COVID-19: **como a Coalizão Global de Educação da UNESCO está lidando com a**

maior interrupção da aprendizagem da história. <https://pt.unesco.org/news/covid-19-como-coalizao-global-educacao-da-unesco-estabilizando-com-maior-interruptao>. Acesso em: 02, de dezembro de 2022

POLYDORO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição.** 2000. 175f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253539> . Acesso em: 29 jan.2019.

PAULA, Maria de Fátima Costa de; SILVA, Maria das Graças Martins da . Introdução. *In:* PAULA, Maria de Fátima Costa de; SILVA, Maria das Graças Martins da (Orgs.). **As políticas de democratização da educação superior nos estados do Rio de Janeiro e de Mato Grosso:** produção de pesquisas e questões para o debate. Cuiabá: EdUFMT, 2012 p. 7-20.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia.** 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Rêspel, 2003.

QUINTINO, Eliana Maria. **Evasão discente no ensino superior:** estudo de caso na Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Pontes e Lacerda. Orientador: Wagner Bandeira Andriola. 2020. 114 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

RISTOFF, Dilvo I. **Expressão sobre a graduação:** Considerações sobre evasão. Maringá: UEM, 1997.

ROCHA, C. S. **Por que eles abandonam? Evasão de bolsistas Prouni dos Cursos de Licenciaturas.** Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

SANTOS, Bettina Steren; DAVOGLIO, Tércia Rita; SPAGNOLO, Carla. *In:* **CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8., 2013**, São Leopoldo, RS.; **CONGRESSO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO, 3., 2013**, São Leopoldo, RS. Anais... São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. v.1., p. 2013-2015

SPADY, Willian G. Dropouts from higher education: **An interdisciplinary review and synthesis.** *Interchange*, [s. l.], v. 1, p. 64-85, 1970.

SPADY, Willian. G. Dropouts from higher education: **Toward an empirical model.**

Interchange, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 38-62. 1971.

SCHIRMER, SN; TAUCHEN, G. Políticas públicas de enfrentamento da evasão na educação superior brasileira: um estudo do estado da arte. **Revista @ mbienteeducação**. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 12, n. 3, p. 316-341 set/dez 2019.

TINTO, V. (1975). Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, 45(1), 89-125, 1975.

VELOSO, Tereza Christina; ALMEIDA, Edson Pacheco de. Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá – um processo de exclusão. **Série-Estudos, Campo Grande**, n. 13, p.133-148, jan./jun. 2002. Disponível em: . Acesso em: 1º de ago. 2023.

VIEIRA, Edemundo R; FRIGO, Lerci P. **Evasão dos cursos de graduação da UFRGS em 1985, 1986 e 1987**. 1. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos sejam esclarecidos.

A pesquisa intitulada A Evasão Universitária no Curso de Bacharelado em Direito: O caso da Faculdade Estácio do Amapá, a que você está sendo convidado a participar está sendo realizada sob a responsabilidade do mestrando Higor Rian Barbosa da Conceição, do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC), da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a orientação da Prof.^a Dra. Conceição de Maria Pinheiro Barros

O estudo tem como objetivo analisar os fatores determinantes para a evasão discente no curso de bacharelado em direito da Faculdade Estácio do Amapá, entre os anos de 2020 a 2021, em busca de ações estratégicas propositivas que contribuam para a permanência e conclusão no Curso. A sua participação na pesquisa consistirá em responder a um questionário com 25 perguntas e que envolve alguns aspectos, como: fatores motivadores da evasão discente.

Todos os dados, fornecidos por você, serão tratados com a máxima confidencialidade pelo pesquisador. Este se compromete a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa. Em nenhum momento haverá divulgação do seu nome, pois somente as respostas do questionário serão compiladas. Sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária e sem nenhuma remuneração. Se você aceitar participar, saiba que está totalmente livre para abandoná-la, mesmo após o preenchimento do questionário. Para tanto, basta solicitar por *e-mail* ao pesquisador, a exclusão de suas respostas. Isso não lhe acarretará prejuízo algum. Científico que, uma vez concluída a pesquisa, os dados poderão ser divulgados em Encontros Científicos (Congressos, simpósios, etc) e/ou Periódicos, mas sempre preservando informações que levem à identificação pessoal do participante, de acordo com o sigilo previsto pela ética profissional.

Com esta pesquisa, pretende-se analisar os fatores determinantes para a evasão discente no curso de bacharelado em direito da Faculdade Estácio do Amapá, entre os anos de 2020 a 2021.

Se você tiver dúvidas durante sua participação na pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá esclarecê-las com o mestrando Higor Rian Barbosa da Conceição, pelo e-mail higorbarbosa.adv@gmail.com

Endereço do responsável pela pesquisa: Rua Raimundo Ramos dos Santos, N° 811, bairro Perpétuo Socorro, Macapá-AP.

Nome: Higor Rian Barbosa da Conceição

Instituição: POLEDUC - UFC – Universidade Federal do Ceará.

Endereço: Rua Paulino Nogueira, 315, bloco I.

Telefone para contato: (96) 98120-2093

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, na Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344.

() Declara que leu cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, teve a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, recebendo explicações que sanaram por completo suas dúvidas. Declara, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Macapá-Ap, / / _

Nome do voluntário
RG:

Higor Barbosa
RG: 468257

Assinatura

Assinatura

TCLE aplicado por: Higor Rian Barbosa

RG: 468257

Assinatura: _____

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte integrante da pesquisa “A EVASÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO: O CASO DA FACULDADE ESTÁCIO DO AMAPÁ”, desenvolvida pelo pesquisador Higor Rian Barbosa da Conceição, mestrando do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior - POLEDUC, ofertado pela Universidade Federal do Ceará - UFC.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (disponível para leitura em: <https://drive.google.com/file/d/13Lf16PJRZ5QKYs7FDZR1J5EJPEb6tWic/view?usp=sharing>)

- Aceito participar da pesquisa
- Não aceito participar da pesquisa

1. *Qual seu endereço de e-mail:*

2. *Qual seu Gênero?*

- Masculino
- Feminino
- Outros

3. *Qual a sua idade?*

4. *Qual seu estado civil?*

- solteiro
- casado
- divorciado
- viúvo
- outros

5. *Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)?*

- Moro sozinho
- Uma a três
- Quatro a sete

Oito a dez

Mais de dez

6. *A casa onde você mora é?*

Própria

Alugada

Cedida

Financiada

7. *Sua casa está localizada em?*

Zona Urbana

Zona Rural

Comunidade Indígena

Comunidade Quilombola

Comunidade Ribeirinha

8. *Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?*

Nenhuma renda

Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.320,00)

De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.320,00 até R\$ 3.960,00)

De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.960,00 até R\$ 7.920,00)

De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 7.920,00 até R\$ 11.880,00)

De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 11.880,00 até R\$ 15.840,00)

Mais de 12 salários mínimos (mais de R\$ 15.840,00)

9. *Você trabalha ou já trabalhou?*

Sim

Não

10. *Em que você trabalha atualmente?*

Na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca

Na construção civil

No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.

Como funcionário(a) do governo federal, estadual ou municipal.

Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo).

- Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.).
- Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.)
- No lar (sem remuneração).
- Não trabalho.

11. *Como você avalia ter estudado e trabalhado durante seus estudos?*

- Atrapalhou meus estudos
- Possibilitou meus estudos
- Possibilitou meu crescimento pessoal
- Não atrapalhou meus estudos
- Não trabalhei durante os estudos

12. *Qual sua Escolaridade?*

- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

13. *Qual a escolaridade da mãe (ou de quem desempenha essa função)?*

- Não sei
- Não alfabetizada
- Alfabetizada
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

14. *Qual a escolaridade do pai (ou de quem desempenha essa função)?*

- Não sei

- Não alfabetizado
- Alfabetizado
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

15. *Onde você cursou o ensino médio?*

- Somente em escola pública
- Somente em escola privada
- Em escola privada (com bolsa de estudos)
- Em escola privada (sem bolsa de estudos)
- Em escola pública e privada

16. *Quanto tempo permaneceu no curso de direito?*

- Um semestre
- Dois semestres
- Três semestres
- Quatros semestres
- Cinco semestres ou mais.

17. *Qual a sua situação acadêmica após a evasão?*

- Não retomei meus estudos de graduação;
- Retornei meus estudos:
 - Na Estácio do Amapá no mesmo curso;
 - Na Estácio do Amapá em outro curso;
 - Em outra graduação presencial pública;
 - Em outra graduação na modalidade EAD pública;
 - Em outra graduação presencial em IES privada;
 - Em outra graduação EAD em IES privada

18. *Participou de algum curso / palestra de orientação vocacional e/ou profissional antes de ingressar na universidade?*

() Sim

() Não

19. *Qual o ano de ingresso no curso de graduação?*

() 2016;

() 2017;

() 2018.

() Outros.

20. *Qual foi a modalidade de processo seletivo utilizada para ingresso na instituição?*

() Vestibular (Ampla concorrência); () Vestibular (Negros/pardos);

() Vestibular (Escola pública); () Vestibular (Indígenas);

() ENEM / SISU (Ampla concorrência); () ENEM / SISU (Negros e pardos);

() ENEM / SISU (Escola pública); () ENEM / SISU (Indígenas);

() Outra.

21. *Responda de acordo com o grau de importância na sua decisão de evadir-se do curso de graduação:*

1. Não contribuiu para a evasão do curso;
2. Pouco contribuiu para a evasão do curso;
3. Média contribuição para a evasão do curso;
4. Decisivo para a evasão do curso.

Nº	Fatores motivadores da evasão discente	Grau de importância na decisão de evadir-se
01	Dificuldade de acessibilidade ao <i>campus</i>	
02	Dificuldade de acesso aos programas de assistência estudantil (FIES e PROUNI)	
03	Dificuldade de transporte para a universidade	

04	Dificuldade de integração entre alunos, professores e técnicos	
05	Dificuldade para conciliar trabalho e estudo	
06	Dificuldades financeiras em conciliar despesas estudantis, pessoais e familiares	
07	Discriminação de cunho racial, religioso ou de gênero	
08	Distância de familiares e amigos	
09	Falta de assistência da coordenação de curso	
10	Infraestrutura oferecida pelo <i>campus</i> quanto às condições de: <input type="checkbox"/> Biblioteca; <input type="checkbox"/> Laboratórios; <input type="checkbox"/> Estrutura física das salas de aula; <input type="checkbox"/> Se outros, cite.	
11	Não se identificou com a metodologia de ensino	
12	Não se identificou com o curso ou não se sentiu vocacionado	
13	Perspectivas futuras do mercado de trabalho para a profissão	
14	Problemas de saúde (pessoais ou familiares)	
15	Reprovação em uma ou mais disciplinas	
16	Sentimento de insegurança decorrente da violência	

17	Vítima de agressões físicas, verbais ou psicológicas	
----	--	--

22. *Apresente até três outros motivos responsáveis pela sua evasão:*

23. *Quais foram os fatores determinantes que levaram à sua decisão de cancelamento/mudança de curso ou transferência do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estácio do Amapá?*